



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

EDUCAÇÃO, ADOLESCENTES E USO DE DROGAS: ABORDAGENS NECESSÁRIAS





ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
GERÊNCIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO, PREVENÇÃO, ATENÇÃO E ATENDIMENTO ÀS VIOLÊNCIAS NA ESCOLA

EDUCAÇÃO, ADOLESCENTES E USO DE DROGAS: ABORDAGENS NECESSÁRIAS

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

2018

GRÁFICA COAN

S22 Santa Catarina. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação.
Educação, adolescentes e uso de drogas : abordagens necessárias / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis : Secretaria de Estado da Educação, 2018.
64 p. : il. color. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-66172-27-0

1. Drogas – Abuso – Prevenção – Estudo e ensino. 2. Educação e Estado – Santa Catarina. 3. Adolescentes – Uso de drogas – Santa Catarina. I. Santa Catarina (Estado). Secretaria de Estado da Educação. II. Título.

CDD (21. ed.) – 362.2937



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
GERÊNCIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO, PREVENÇÃO, ATENÇÃO E ATENDIMENTO ÀS VIOLÊNCIAS NA ESCOLA

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
EDUARDO PINHO MOREIRA

SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SIMONE SCHRAMM

SECRETÁRIO ADJUNTO
GILDO VOLPATO

DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS
AVANI ESTIP FERNANDES

DIRETOR DE ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS
ALCINEI DA COSTA CABRAL

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
EDUARDO SIMON

DIRETORA DE GESTÃO DA REDE ESTADUAL
MARILENE DA SILVA PACHECO

DIRETORA DE POLÍTICAS E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
JULIA SIQUEIRA DA ROCHA

DIRETOR DE INFRAESTRUTURA
FABIANO LOPES DE SOUZA

DIRETOR DO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
VENDELIN SANTO BORGUEZON

COORDENADORA REGIONAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS
ELIZETE GERALDI

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

COORDENADORA GERAL

Julia Siqueira da Rocha

COORDENADORA DOS NÚCLEOS DE POLÍTICAS NAS DIVERSIDADES

Maria Benedita da Silva Prim

COORDENADORAS DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO, PREVENÇÃO, ATENÇÃO E ATENDIMENTO ÀS VIOLÊNCIAS NA ESCOLA

Julia Siqueira da Rocha

Rosimari Koch Martins

ORGANIZADORAS

Adriana Mafra Marghoti

Julia Siqueira da Rocha

AUTORES

\\ Adriana Mafra Marghoti

\\ Ana Merabe de Souza

\\ Andrea de Castro Alves

\\ Eduardo do Nascimento Aquini

\\ Fabiolla Cristina Carpes

\\ Jaqueline Santos Duarte

\\ Julia Siqueira da Rocha

\\ Paula de Abreu Pereira

\\ Rosa Cristina Cavalcanti Pires

\\ Rosimari Koch Martins

\\ Sandra Dartora

\\ Sergio Ribeiro da Luz

\\ Thiago Filippi Marthendal

\\ Viviane Silva da Rosa

\\ Walter da Luz Filho

LEITORAS E LEITORES CRÍTICOS

\\ Gustavo Stollmeier Matiola

COLABORADORES

\\ Aline Perazzoli Buratto

\\ Catia Regina Dalmolin

\\ Edite Pereira Tiedt

\\ Ermelina Pires Ferreira

\\ Fabiana Woitko Arndt

\\ Gislaine Gonzalez de Moura

\\ Luciana Vieira

\\ Manoel S. Nascimento Jr.

\\ Mara Lucia Secchi Mezaroba

\\ Margarete da Rosa Vieira

\\ Nair Kulkamp de Souza

\\ Rachel Pelicer Calomeno Ribeiro

\\ Raquel Penteado

\\ Rita de Cássia Soares

\\ Rosana Maria Ostroski

\\ Susane Trindade Monteiro

CONSULTORA

Prof.^a Dr.^a Daniela Ribeiro Schneider

CAPA

Jovelino Domingos Cardoso Jr.

ILUSTRAÇÃO DE CAPA

Chuwy/shutterstock.com

LOGOTIPO

IOESC

REVISORAS

Dóris Eloisa C. F. da Silva

Lavínia Maria de Oliveira Vicente

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Adriano Fernandes da Silva - 03127SC-DG

IMPRESSÃO

Gráfica COAN

MENSAGEM DO GOVERNADOR

A maior contribuição que podemos deixar às nossas crianças e jovens, assim como às gerações futuras, é o acesso à educação pública de qualidade. E essa condição deve ser assegurada aos catarinenses de todas as regiões de forma justa e igualitária. Contudo, vivemos num estado que nasceu do suor e do sacrifício dos mais diversos povos e etnias, mesclando culturas, hábitos e valores que hoje configuram nossa identidade. Portanto, nossa busca pela igualdade passa pelo respeito a essas diversidades e requer nossa atenção para os temas mais sensíveis que envolvem nossa sociedade.

Mais do que se fazer cumprir as diretrizes legais, o governo do estado, por meio da Secretaria de Estado da Educação, desenvolveu políticas educacionais de caráter inclusivo que visam a estabelecer estratégias de atuação adequadas a cada tema proposto. Dessa forma, agentes públicos e sociedade terão a oportunidade de aprender e compreender melhor sobre a história e as culturas de parcela da população que esteve por muito tempo invisibilizada. Também abriremos a discussão para temas não menos importantes, como os desafios a serem superados na área de Educação Especial e a necessária ampliação do envolvimento pedagógico na vida dos estudantes, como forma de identificar e educar para transformar as violências nas escolas em processo de cuidado de si e do outro.

A relevância econômica representada pela agricultura familiar catarinense está devidamente reconhecida nesta proposta, por meio de uma política específica de Educação do Campo. Assim como a preocupação em torno do meio ambiente, que merecidamente recebe atenção especial nesse projeto. Avançamos de forma expressiva na construção de um ambiente adequado e digno à formação intelectual e profissional de nossos cidadãos. Porém, é importante que alinhemos nossas estratégias e sejamos também agentes transformadores sociais, reforçando valores fundamentais como o respeito e a busca por equidade.

A evolução do sistema educacional catari-

nense, em todas as suas áreas de atuação, foi imprescindível para a conquista de muitos dos indicadores econômicos e sociais que hoje colocam Santa Catarina na condição de destaque entre os estados brasileiros. Não por acaso somos referência nacional em Educação, uma realidade fruto do trabalho conjunto e dedicado dos nossos agentes públicos, e aqui destaco a atuação exitosa e admirável dos nossos profissionais da educação.

Ao enfrentarmos o desafio de assegurar a todos o direito ao ensino público e qualificado, promovemos significativos esforços e investimentos em prol da educação para os direitos humanos e para as diversidades. A certeza do sucesso de nossas políticas educacionais traduz-se nas inúmeras conquistas alcançadas, a começar pelo menor índice de analfabetismo do país, com 3,2% da população. Lideramos o *ranking* nacional em outros diversos pontos de avaliação, com índices de desempenho acima da média. E a capacidade e competência de nossos profissionais são reconhecidas e premiadas país afora, refletindo diretamente na boa gestão de nossas unidades escolares.

Esse trabalho mostra-nos que ainda temos muito a avançar. Juntos, precisamos assumir a responsabilidade e o compromisso de aprimorar nossa capacidade de atuação e fazer a diferença. Este volume especial sobre uso e abuso de substâncias psicoativas está atrelado à implementação da Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências nas Escolas. Ele destina-se aos professores e é complementar a outros materiais que a escola já recebeu sobre a temática, assim sua abordagem visa a ampliar o olhar sobre este fenômeno tão complexo em que saúde e educação têm um papel preponderante.

Tema de alta relevância para os humanos deste tempo histórico e que impacta tanto no exercício profissional dos educadores quanto na vida dos estudantes e seus familiares. Um grande desafio que exigirá o máximo empenho na busca de soluções compartilhadas para promover um excelente clima escolar em que o cuidado de si e o cuidado com o outro sejam prioridades.

EDUARDO PINHO MOREIRA
Governador

APRESENTAÇÃO

Apresento este 2º Caderno Pedagógico intitulado Educação, Adolescentes e Uso de Drogas: Abordagens Necessárias, escrito pelo Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola da Secretaria de Estado da Educação (NEPRE/SED) após dois anos de estudos sistemáticos, como exige uma temática tão complexa quanto é a das adolescências e o uso de drogas.

Este caderno visa a subsidiar a ação dos profissionais da educação em complementação a outros materiais que as escolas recebem dos governos estadual e federal no âmbito da prevenção às condutas de risco de adolescentes, vinculadas ao uso e abuso de drogas.

Anos de prevenção nas escolas permitem-nos saber que abordagens conhecidas como a “pedagogia do medo” surtem pouco efeito, da mesma forma que as abordagens médico-higienistas fazem pouca conexão com a forma de pensar característica da adolescência. Neste sentido, o desafio para os educadores é maior, pois prescinde de metodologias e abordagens diferenciadas das tradicionalmente disponíveis, isto sem abrir mão dos conhecimentos das diversas áreas que podem contribuir a uma temática tão complexa.

Neste caderno, trouxemos para a roda de conversa temas que costumam ser tabus, como

fatores históricos que organizam o proibicionismo e o limiar punitivista, a diferença de tratamento que costumeiramente o estado dá aos adolescentes frente às suas origens de nascimento e suas aproximações e relações com o uso e abuso de drogas. Trata-se de um material para subsidiar o profissional da educação, apresentando possibilidades de atividades pedagógicas a serem desenvolvidas com os estudantes, na expectativa de ampliar o repertório cultural destes jovens.

Os conhecimentos trabalhados na escola podem elevar a compreensão dos estudantes sobre os riscos reais de uma conduta associada ao uso de drogas que vão além dos problemas físicos, mentais e individuais. Concebemos os saberes científicos em prol da cidadania como um aliado imprescindível para o autocuidado e o cuidado mútuo preconizado em nossa Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola.

Esperamos que este 2º Caderno Pedagógico seja útil aos profissionais da educação, que buscam orientações para abordagens que dialoguem com a diversidade dos estudantes e das adolescências que compõem as escolas de nossa rede de educação. Esperamos, ainda, que contribua no compromisso firmado por todos nós de proteção integral às crianças e adolescentes e de desenvolver uma sociedade justa via educação.

SIMONE SCHRAMM

Secretária de Estado da Educação

JULIA SIQUEIRA DA ROCHA

Coordenadora do Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola (NEPRE)

ADRIANA MAFRA MARGHOTI DA ROSA

Coordenadora deste caderno

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
PARTE 1 FUNDAMENTOS PARA A PREVENÇÃO ESCOLAR AO USO DE DROGAS	13
2 EDUCAÇÃO, ADOLESCÊNCIA E USO DE DROGAS	14
2.1 Educação	15
2.2 Educar Adolescentes	16
2.3 Aspectos Psicossociais do Uso de Drogas e a Perspectiva Sócio-Histórica	19
2.4 Padrões de Uso de Drogas entre Adolescentes	20
2.5 Condutas de Risco e Proteção na Adolescência e Uso de Drogas	23
2.6 Ensinando sobre Uso de Drogas na Relação com Contextos Escolares	25
3 PREVENÇÃO	28
3.1 A Prevenção ao Uso de Drogas no Cotidiano Escolar	29
3.2 Princípios para uma Ação de Prevenção com Foco na Qualidade	30
3.3 Proibicionismo e Pedagogia do Terror: Modelos a Superar	33
PARTE 2 SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PREVENÇÃO ESCOLAR	37
4 PASSOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PREVENÇÃO NA ESCOLA	38
5 ATENÇÃO NA ESCOLA: BUSCA DE SENTIDO E QUALIDADE DE VIDA	42
6 O CUIDADO DE SI E DO OUTRO COMO PRINCÍPIO DE CONVIVÊNCIA	50
7 CONSIDERAÇÕES	56
REFERÊNCIAS	58
BIBLIOGRAFIA DE APOIO	62



1

INTRODUÇÃO



“Suponho que me entender não é uma questão de inteligência e sim de sentir, de entrar em contato... Ou toca, ou não toca”

(Clarice Lispector, 1920-1977)

Por entender que a educação é sinônimo de emancipação e que por ela os sujeitos se transformam, atuam e interferem qualitativamente em sua vida e na sociedade, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina propõe, neste caderno, algumas reflexões a respeito de um dos grandes problemas sociais da atualidade: o consumo de drogas. Neste sentido, o material destina-se à escola, que é uma instituição social que exerce papel importante e específico no processo educativo para a formação de seus adolescentes.

É importante que os profissionais da educação, em especial professoras e professores, compreendam as adolescências na atualidade. Como se sabe, as adolescências estão ancoradas numa realidade social individualizante, consumista e fluida, o que lhes impõe grandes desafios. O próprio status “adolescente” diferencia-se largamente em relação ao estrato social. Assim, é mister perspectivar o contexto do qual provêm os adolescentes, pois este marca suas expressões.

A opção teórico-metodológica deste documento ancora-se na Sociologia sem deixar de fazer uma abordagem multidisciplinar. Como recursos metodológicos, foram utilizados destaques sobre o processo de adolescência e estudo de casos atendidos por Núcleos de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola (NEPRE)/Escola. Teoricamente, decidiu-se abordar aspectos que fogem aos tradicionais materiais que tratam do tema, geralmente em uma lógica médico-higienista, focada nos efeitos farmacocômicos e psicológicos da droga e das abordagens repressivas. Preferiu-se apontar para uma compreensão ampla do fenômeno, aportada na teoria das condutas de risco, entendendo a necessidade de empreender, com

estudantes, alternativas para a conexão saudável com o mundo.

Esses são os esforços na escrita deste material. Com ele pretende-se auxiliar profissionais da educação a produzir um olhar crítico, e seus estudantes a tomar decisões referendadas por saberes científicos que os conduzam ao encontro de soluções compartilhadas para problemas que lhes afligem individual e coletivamente.

Para a efetividade nas ações de educação e prevenção ao uso e abuso de drogas, os esforços devem ser compartilhados entre os diferentes atores da escola, por isso o NEPRE/Escola é apontado como espaço privilegiado de estudo e implementação deste caderno que está assim estruturado: na primeira parte, será descrita a dimensão teórico-conceitual envolvida no tema.

No **capítulo 1**, conceitua-se educação como um direito individual humano e coletivo que potencializa o viver e o conviver nos diferentes espaços. Nessa perspectiva, educar adolescentes é entender sua constituição histórica e social, como uma fase do desenvolvimento humano que requer atenção e proteção especial, pois é um período de vulnerabilidade e de multiplicação de decisões e, portanto, de altos riscos nessa sociedade líquida, marcada pelo consumo e incertezas. Um breve relato de atendimento no NEPRE/Escola finaliza o capítulo.

Entendendo que a educação é o primeiro ato de prevenção, no **capítulo 2**, discorre-se sobre quais ações preventivas na escola apontam como a melhor alternativa para o enfrentamento ao consumo abusivo do álcool e outras drogas entre estudantes crianças, adolescentes e adultos. Dessa forma, as intervenções educativas devem ser planejadas coletivamente, estar inseridas e descritas no currículo e nos princípios



educativos da escola, contando com o envolvimento de toda a comunidade escolar na ação, e, caso necessário, envolver também a rede externa à escola.

Pesquisas como a Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE/2015) (IBGE, 2016) apontam que cresce a experimentação e uso eventual de determinadas drogas, em especial o álcool entre adolescentes. Tal situação instiga ao desenvolvimento de ações preventivas. Mas qual o rumo a ser tomado? Passa-se, então, a ponderar sobre os limites da perspectiva proibicionista, que compõe a lógica hegemônica da atual política, entendida como de “combate” às drogas e abre-se o debate, sem deixar de mostrar o quanto o tema é polêmico e necessita ser largamente estudado, conhecendo diversas visões. Propõe-se, assim, uma nova visão, sincronizada com os indicadores internacionais para a prevenção escolar, voltados para os fatores de risco e proteção e o fortalecimento de habilidades de vida.

Na segunda parte, os subsídios práticos para a formação de projetos preventivos nas escolas ganham maior ênfase.

A atenção descrita no **capítulo 3**, seguindo o espectro das ações da Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências nas Escolas da Secretaria de Estado de Santa Catarina, volta-se para o olhar apurado, à escuta, ao acolhimento e ao diálogo, no sentido de estar sensível ao sujeito adolescente, entendendo que, nesta fase da vida, os interesses e as mudanças são inúmeras e essa conexão com o novo mundo na busca de prazer pode estar associada ao consumo de drogas, trazendo graves consequências, dentre elas a diminuição do interesse pelo aprender e baixo desempenho escolar.

A relação do cuidado, descrita no **capítulo 4**, convida a repensar a escola e a refletir de que forma ela acolhe e protege os(as) adolescentes, reconhecendo e respeitando a diversidade humana.

Boa leitura!



PARTE 1

FUNDAMENTOS PARA A
PREVENÇÃO ESCOLAR
AO USO DE DROGAS





2

EDUCAÇÃO, ADOLESCÊNCIA E USO DE DROGAS



**“Somos o que fazemos, mas somos, principalmente,
o que fazemos para mudar o que somos”**

(Eduardo Galeano, 1940-2015)

2.1 EDUCAÇÃO

A educação é um direito humano e o processo educativo ocorre ao longo da vida do indivíduo, nas diferentes práticas, nos mais diferentes espaços e grupos sociais, na rua, na família, na comunidade, no trabalho, com amigos e também na escola. Compreender e realizar a educação, entendida como um direito individual humano e coletivo, implica considerar o seu poder de habilitar para o exercício de outros direitos, isto é, potencializar o ser humano como cidadão pleno, de tal modo que este se torne apto para viver e conviver em determinado ambiente, em sua dimensão planetária.

Nessa direção, corrobora-se o enunciado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2013a, p. 19), ao perspectivar a educação como processo e prática que se concretizam nas relações sociais que transcendem o espaço e o tempo escolares, tendo em vista os diferentes sujeitos que a demandam. Educação consiste, portanto, no processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam saberes, conhecimentos e valores.

Tendo por fim último a cidadania plena, reafirma-se o compromisso da escola com a so-

cialização do conhecimento acumulado nas Ciências, Artes e Filosofia pela humanidade, propiciando a ampliação do repertório cultural que qualifica a inclusão social. Neste sentido, postula-se uma educação escolar transformadora, fundamentada na ética e nos valores da liberdade, justiça social, pluralidade, equidade, solidariedade e sustentabilidade, cuja finalidade é o pleno desenvolvimento humano nas dimensões individual e coletiva, de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e comprometidos com uma sociedade justa e igualitária.

Para Siqueira (2004, p. 43), “a pessoa se educa, se constrói em diversos ambientes – a escola é mais um ambiente que se soma a estes outros – e a partir de diversas experiências”. A escola tem a função de oferecer uma formação pela qual o educando torna-se capaz de fazer análises científicas, críticas e reflexivas a respeito dos temas, o que pressupõe a pluralidade de saberes, ao mesmo tempo em que respeita educandos e educadores em sua múltipla dimensionalidade. O mesmo autor postula que a educação pautada no depósito de informações contrasta com outras formas possíveis e necessárias de educação.

A educação é entendida, portanto, como emancipação, humanização, um ato de cuidado para si e para outro. Assim, ela tem o papel de tornar o ser humano apto a pensar e agir frente aos acontecimentos da sociedade, buscando soluções de forma compartilhada para os problemas de seu tempo histórico.

Em contraponto ao que explicita Zabala (2002), o ensino tradicional promove a desvinculação entre o cotidiano e o científico e vice-versa, de forma tal que os estudantes dispõem simultaneamente de dois tipos de conhecimento: o que é útil na vida diária e outro, produzido pela ciência, que se aplica somente no contexto da escola.

Para quebrar essa dicotomia, ao se pensar numa educação para entendimento dos contex-

tos de uso e abuso de álcool e outras drogas, os estudos são norteados pela educação em direitos humanos, que pode ser definida como um conjunto de atividades de educação, de capacitação e de difusão de conhecimento, voltado para a criação de uma cultura universal de preservação dos direitos humanos.

A educação em direitos humanos deve ser promovida em três dimensões: a) conhecimen-



tos e habilidades: compreender os direitos humanos e os mecanismos existentes para a sua proteção, assim como incentivar o exercício de habilidades na vida cotidiana; b) valores, atitudes e comportamentos: desenvolver valores e fortalecer atitudes e comportamentos que respeitem os direitos humanos; c) ações: desencadear atividades para a promoção, defesa e reparação das violações aos direitos humanos (BRASIL, 2007, p. 32).

Assim, a educação em direitos humanos promove as atitudes e o comportamento necessários para que todos os membros da sociedade sejam reconhecidos e respeitados. Compreender a função social da escola perante as novas configurações da sociedade torna-se essencial para avaliar a sua tarefa diante das transformações sociais e culturais e de suas implicações no processo educativo atual.

Nesse sentido, Bauman (2001) destaca que muitas transformações estão permeando a sociedade contemporânea e acabam por invadir todos os contextos, inclusive a escola. E para esse novo cenário social, segundo o mesmo autor, é necessário que a escola fortaleça seu projeto educativo ao contribuir para a superação das desigualdades e buscar a transformação social, o que exige desenvolver um currículo multicultural que aposta na pluralidade de culturas como o valor de uma nação, no intuito de compreendê-

-las, fortalecê-las e relacioná-las com outras culturas, assinalando-as como parte de um diálogo que enriquece os saberes educativos.

Para Freire (1996), outro importante pensador, educar é construir, é libertar o ser humano do determinismo, passando a reconhecer o papel da história e onde a questão da identidade cultural, tanto em sua dimensão individual como coletiva, é essencial à prática pedagógica proposta. Sem respeitar essa identidade, sem autonomia, sem levar em conta as experiências vividas pelos educandos antes de chegar à escola, o processo será inoperante, somente meras palavras despidas de significação real. A educação é ideológica porque não há neutralidade em seu processo, mas não deve ser doutrinadora, ao contrário, deve ser dialogante, exigindo abordar diversos pensadores e seus distintos olhares para qualquer fenômeno, pois só assim se pode estabelecer a verdadeira comunicação da aprendizagem entre seres constituídos de almas, desejos, sentimentos e capacidade crítica.

Ao trabalhar o conhecimento científico sobre os contextos de uso e abuso de álcool e outras drogas, o currículo deve privilegiar saberes em que distintos pontos de vista permitam aos estudantes ampliar seu repertório cultural, evitando visões reducionistas e prescritivas, promovendo a valorização da educação formal como um fator de proteção (SANTA CATARINA, 2011, p. 23).

2.2 EDUCAR ADOLESCENTES

“Um passo sem pensar,
Um outro dia, um outro lugar.
Pelo caminho garrafas e cigarros
Sem amanhã por diversão roubava carros
Era Ana Paula agora é Natasha
Usa salto quinze e saia de borracha
O mundo vai acabar
E ela só quer dançar”
(Capital Inicial, 2001)

A adolescência é muito mais do que a fase intermediária entre a infância e a fase adulta, embora a contemple. A palavra “adolescência” tem sua origem etimológica no latim *ad* (‘para’) + *olescere* (‘crescer’); portanto, “adolescência” significa, *stricto sensu*, “crescer para”. Ao pensar

na etimologia dessa palavra, remete-se à ideia de desenvolvimento, de preparação para o que está por vir, algo já estabelecido mais à frente; preparação essa para que a(o) adolescente se enquadre nesse “à frente” que está colocado, culminando na idade adulta (PEREIRA; PINTO, 2003).

Para Osório (1989), a sociedade ocidental vem reproduzindo essa ideia reducionista, limitando a compreensão da adolescência, como se ela se resumisse à puberdade, acreditando que somente as mudanças fisiológicas “comandam” este momento da vida, normatizando e “naturalizando” os possíveis conflitos por meio do entendimento de que estes estão atrelados a uma “erupção” de hormônios, menosprezando o sujeito de desejo que confronta seu lugar no mundo, mediante discursos minimalizadores do tipo “todo adolescente é assim”.

Além das transformações corporais, emocionais, físicas, sociais, relacionais, psicológicas,

é importante entender que a adolescência é, na perspectiva da Psicologia Walloniana, um estágio do desenvolvimento humano; mais do que um período de transição entre o ser criança e o ser adulto, a adolescência é uma representação social compondo um conjunto de significados, conforme as diferentes culturas, etnias, experiências sociais e pessoais, famílias, identidades religiosas, princípios e valores, traumas, riscos, classes sociais, tempos históricos, contextos socioeconômicos, demográficos e de gênero na formação desse sujeito. Enfim, tudo que está em sua volta afeta a dinâmica do seu desenvolvimento.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE 1:

Assista ao vídeo “Adolescência em um minuto” e reflita sobre as facilidades e dificuldades de ser adolescente na contemporaneidade. Forme sua própria opinião sobre os paradoxos de viver a adolescência nos tempos atuais e os desafios de educar esta geração. Posteriormente, elabore registros de como estes desafios se impõem nas diversas disciplinas por você ministradas, para auxiliar na formulação de ações preventivas em sua escola. O vídeo está disponível no *YouTube* em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NxBKuOFLODQ>>.

Conforme ensina Ariès (1973), até o século XII, falava-se sobre adultos jovens, mas não sobre adolescentes. Na Idade Média, a atividade de trabalho estava associada à produção artesanal; não havia, de fato, separação entre vida e trabalho, entre socialização familiar e profissional. Tão logo as crianças conquistavam autonomia motora, os espaços de brincadeira passavam a se misturar aos das oficinas de trabalho. Com um maior desmembramento, muitas crianças eram entregues a outras

famílias para aprenderem ofícios, passando da condição de criança para a condição de aprendiz de um trabalho. Assim, a adolescência, como se a reconhece hoje, é fruto dos avanços científicos e transformações psicológicas, educacionais e socioculturais ocorridas a partir do século XIX. O conceito está intimamente ligado à constituição da família nuclear moderna, ao prolongamento da idade escolar e à expansão das escolas para as diversas classes sociais.

Portanto, a adolescência não existiu sempre, constituiu-se na história com base nas necessidades sociais e todas as suas características foram desenvolvidas a partir das relações sociais com o mundo adulto e com as condições históricas em que se deu seu desenvolvimento. Assim, a adolescência é uma fase de desenvolvimento na sociedade moderna ocidental. Não é universal e não é natural dos seres humanos. Ela é fruto de uma condição histórica (BOCK, 2004, p. 39-40).



A psicologia histórico-cultural adotada na Proposta Curricular de Santa Catarina (1998-2006-2014), cujo expoente máximo é Vygotsky, aponta um importante dado sobre este período da vida, pois é na adolescência que se chega ao pensamento por conceitos, permitindo ao humano uma elaboração mais aprofundada do entendimento de si, do outro e do mundo.

A escola, ao trabalhar com o conhecimento científico, pode empreender com adolescentes novos patamares de aprendizagens que consolidam o aprendido na infância, mas em especial permite ampliar e ressignificar a visão de mundo, dotando estudantes de melhores condições para empreender a cidadania. Como explicita Vygotsky (2001), este conceito não é linear, mes-

mo depois de ter aprendido uma forma superior de pensamento, por conceitos, a pessoa não abandona as formas elementares, que iniciam na infância e que, por muito tempo, ainda permanecem em muitas áreas de seu modo de pensar. Assim, os conceitos novos inseridos e mais elevados transformam o significado dos conceitos anteriores.

Ao levar em conta a condição de pensar em uma outra estrutura e a experiência do trabalho com adolescentes, são descritas, ao longo deste caderno, algumas premissas que resultam numa melhor abordagem para as atividades escolares. Desse modo, para pensar em pautas interacionais, os profissionais da educação devem ter em conta que:

- ▶ adolescentes engajam-se com mais facilidade naquilo que os coloca num patamar mais adulto, da mesma forma que se negam a participar do que lhes parece infantilizar. Por isso, as atividades propostas devem permitir o desenvolvimento da percepção de responsabilidade individual e compromisso coletivo, sentidos que simbolicamente são importantes ao que está sendo proposto;
- ▶ adolescentes participam com maior reciprocidade quando são incluídos e requerido seu engajamento na ação, sendo solicitados a pensar e agir para encontrar soluções;
- ▶ as atividades devem considerar os processos cotidianos os quais estão vivendo, inclusive quanto ao uso das tecnologias da comunicação;
- ▶ a aprendizagem, para ser significativa, precisa pautar-se em uma interação entre o novo conhecimento (o que será ensinado) e o já existente (o que já sabe), na qual ambos se inter-relacionam e se modificam;
- ▶ adolescentes têm, muitas vezes, dificuldade de expressar seus sentimentos e inquietações, por isso a necessidade de a escola organizar espaços para o diálogo e a escuta;
- ▶ adolescentes têm, muitas vezes, dificuldade de planejar para longo prazo, assim, as atividades devem repercutir de forma mais imediata em alguns aspectos concretos da vida e do aprendizado, sem deixar de ter caráter permanente, como no caso da educação e prevenção;
- ▶ adolescentes constituem-se melhores multiplicadores para/com seus pares, portanto, ouça e considere suas propostas, estimulando o protagonismo;
- ▶ a seleção de saberes deve considerar a capacidade crítica de adolescentes, deve ampliar seu repertório cultural e evitar dogmatismos.

Assim, deve-se considerar que o processo de ensino e aprendizagem se dá de forma dialógica, num intercâmbio de saberes que requer aceitação, disputa, rejeição, percepção das diferenças, caminhos e experiências diversas na busca constante de todos os envolvidos na ação de descobrir, dessa forma, uma trama de relações cognitivas e afetivas.

Por outro lado, é preciso refletir que a escola é a instituição social na qual adolescentes passam boa parte de seu tempo durante a semana, representando um espaço social de convivência desde a mais tenra idade. Por isso mesmo, é ne-

cessário que ela busque qualificar este espaço de convivência social, ao atuar com o conhecimento como forma de mediar o crescimento pessoal, ao destacar sua função de formação integral dos sujeitos, favorecendo e estimulando a formação da cidadania.

Nessa direção, a questão do consumo de drogas, como um fenômeno relevante que reflete as transformações contemporâneas, com seus impactos no aprendizado e na futura trajetória psicossocial desses e dessas adolescentes, deve ser tema presente na escola, incluído no seu Projeto Político-Pedagógico (PPP).

2.3 ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO USO DE DROGAS E A PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA

Há milênios o ser humano utiliza as plantas e outras substâncias para a sua alimentação, ornamentação, fonte de matéria-prima para produtos diversos e como entorpecentes. Assim, estas substâncias revelaram-se de múltiplas formas em diferentes sociedades ao longo da história do ser humano. Para Toscano Jr. (2001), trata-se de uma presença constante no tempo associada não apenas à Medicina e à ciência, mas também à magia, à religião, à cultura, à festa e ao deleite.

Na perspectiva de Velho (1997), a relação das sociedades humanas com estas substâncias expressa, por um lado, uma relação com a natureza e, por outro, um processo singular de construção social da realidade, sendo que nenhum grupo social deixou de registrar algum reconhecimento de alterações significativas de percepção e relação com o mundo a sua volta, ainda que por razões variadas.

O consumo de álcool esteve presente como costume desde a Antiguidade e particularmente o vinho foi considerado uma dádiva dos deus.

Osíris deu-o aos egípcios, Dionísio o fez aos gregos e Noé, aos hebreus. Os mosteiros da Idade Média plantavam vinhas para uso do vinho como sacramento (INABA; COHEN, 1991). O cânhamo origina-se da *Cannabis Sativa* (popular maconha), espécie herbácea advinda da Ásia Central. Na Antiguidade foi utilizado por sacerdotes indianos em cerimoniais por suas características inebriantes. Da Índia difundiu-se para o Oriente próximo e para países do norte da África (CENPRE, 2017).

Diferentes relações sociais provêm do uso dessas substâncias. Tem-se o exemplo dos muçulmanos, que consideram o álcool mais prejudicial do que o ópio, porque o Alcorão explicitamente veda o uso de bebidas alcoólicas; além do rastafarianismo, que veda o uso de qualquer droga pelos seus fiéis, exceto a maconha. Nota-se, portanto, que há diferentes formas de proibição e/ou aceitação do uso do que se convencionou chamar de drogas, ligadas a contextos culturais e históricos diversos.

Apesar de o uso de drogas ser uma prática presente desde os primórdios da humanidade, nas últimas décadas, indicadores sugerem que o abuso dessas substâncias vem tomando dimensões preocupantes, por vezes trazendo sérios prejuízos à população, principalmente junto a adolescentes e adultos jovens. Considera-se que o abuso de drogas adquiriu tais dimensões devido à complexidade que envolve seu consumo e venda na atualidade.



Dentre os fatores responsáveis pelo agravamento dessa questão, destacam-se os interesses econômicos envolvidos em sua produção e venda, os embates de cunho moral e ideológico em torno do uso de substâncias psicoativas, somados à baixa prioridade política conferida ao assunto, que se manifesta na insuficiência de recursos financeiros necessários para garantir uma política de educação, prevenção e tratamento, com profissionais capacitados de forma adequada e contínua (CRIVES; DIMENSTEIN, 2003).

As maneiras pelas quais se faz uso de drogas são determinadas pelo contexto social, cultural, político e econômico. Embora em algumas culturas o uso de determinadas substâncias seja legalizado ou represente a tradição local, é possível perceber que, em parcela significativa da sociedade capitalista ocidental, fazer uso de drogas ilícitas e uso abusivo de drogas lícitas é considerado um “desvio” de padrões sociais preestabelecidos.

Em uma sociedade regida pelos imperativos de consumo, o uso de drogas é considerado a maximização de oportunidades de obtenção de prazer e a evasão de sofrimentos para in-

divíduos que buscam soluções que são meras tentativas de escape, apesar de tal atitude estar embutida pela faceta de contestação e/ou transgressão às normas vigentes. Uma análise antropológica da sociedade ocidental pós-moderna mostra que esta tem preconizado, nos últimos tempos, a maximização da vida, a exacerbção da sensualidade e a intensificação do prazer; e é neste contexto que se enquadra o surgimento de drogas cada vez mais potentes e a complexidade do uso abusivo de substâncias psicoativas (SOUZA; KANTORSKY; MIELKE, 2006, p. 02).

As drogas têm sido consideradas nocivas ou benéficas de acordo com sua época, da cultura onde se insere seu uso e, sobretudo, em função do padrão e dos motivos subjacentes ao seu consumo. Atualmente elas recebem diferentes significados, dependendo do olhar que recebem das diversas áreas que as estudam, quais sejam, Psicologia, Antropologia, Sociologia, Química, dentre outras. Essa multiplicidade de olhares interessa sobremaneira ao contexto escolar, pois permite trazer à tona o debate e ampliar o repertório cultural dos estudantes, sem excluir perspectivas doutrinantes.

2.4 PADRÕES DE USO DE DROGAS ENTRE ADOLESCENTES

É sabido que existem diversos padrões de relacionamento com os diferentes tipos de drogas, sendo que, por isso mesmo, não é correto considerar todo uso como patológico ou problemático. Esta constatação é válida para o uso de qualquer substância psicoativa, seja ela lícita ou ilícita. Por isso mesmo, é bem importante investigar e diferenciar o padrão de uso que os sujeitos estabelecem da substância psicoativa, antes de planejar

qualquer ação preventiva ou de cuidado. Cabe destacar que a maior parte de usuários de substâncias psicoativas não chega a desenvolver um quadro de dependência. Contudo, é preciso assinalar que mesmo o uso ocasional não é isento de riscos, como se pode verificar, por exemplo, por meio dos numerosos casos de acidentes de trânsito causados por motoristas sob efeito do álcool (SILVEIRA; DOERING-SILVEIRA, 2017).

QUADRO 1 - DIFERENTES TIPOS DE USO DE DROGAS

Uso experimental	Refere-se à pessoa que experimenta a droga, geralmente por curiosidade. Os usuários são aqueles que provam a droga uma ou algumas vezes e, em seguida, perdem o interesse em repetir a experiência.
Uso ocasional	Utilização de uma ou várias drogas apenas quando disponíveis ou em ambiente favorável, sem ruptura (distúrbio) afetiva, social ou profissional.
Uso habitual	Uso frequente da substância, porém, sem que haja ruptura afetiva, social ou profissional, nem perda de controle quanto ao consumo.
Uso recreativo ou social	Uso de uma droga, geralmente em circunstâncias sociais, sem que implique dependência ou outros problemas relacionados. Uso realizado de maneira socialmente aceitável.
Uso em "binge"	O usuário consome grandes quantidades da substância em um curto período de tempo, ainda que a frequência desse tipo de consumo possa ser esporádica (por exemplo, pessoas que ingerem grandes quantidades de bebidas alcoólicas durante algumas horas, embora isso ocorra apenas uma vez por semana). Este é um padrão de uso muito comum entre adolescentes.
Uso abusivo ou nocivo	É um padrão de uso que já produz danos à saúde, seja física, psicológica ou social, podendo ocasionar rupturas socioafetivas e profissionais.
Uso dependente	Alguns critérios são necessários para preencher o diagnóstico de dependência, segundo o CID ¹ -10: 1) forte desejo ou senso de compulsão para consumir a substância; 2) dificuldades em controlar o comportamento de consumir a substância, em termos de início, término e níveis de consumo; 3) estado de abstinência fisiológica quando o uso da substância cessou ou foi reduzido; 4) evidência de tolerância, de tal forma que doses crescentes da substância psicoativa são requeridas para alcançar efeitos originalmente produzidos por doses mais baixas; 5) abandono progressivo de prazeres e interesses alternativos, em favor do uso da substância psicoativa; 6) persistência no uso da substância, a despeito de evidência clara de consequências nocivas.

Fonte: Adaptado de Silveira e Doering-Silveira, 2017.

Sobre a dependência, é preciso destacar ainda que ela tem, como uma de suas características centrais, a falta de controle do impulso que leva a pessoa a usar uma droga para obter prazer. É preciso atentar que alguns sujeitos podem fazer uso habitual de uma droga para aliviar sintomas psicológicos e dificuldades sociais sem que, necessariamente, tenha uma perda de controle. "Usuários se tornam dependentes quando não conseguem controlar o consumo de drogas, passando a agir de forma impulsiva e repetitiva em relação ao uso" (SILVEIRA; DOERING-SILVEIRA, 2017, p. 19).

Sabe-se que adolescentes encontram-se em um processo de descoberta do mundo, e dos sentidos que pretendem atribuir ao mesmo, na transição para o contexto adulto. Nessa direção, adolescentes caracterizam-se pela experimentação

das várias possibilidades que o mundo lhes oferece. Assim, o uso de drogas entra como um desses objetos visados pela experimentação. Além disso, este período é caracterizado pela ampliação do processo de socialização do sujeito, com a importante inserção em grupos de pares. Desta forma, o contexto do uso de drogas está dado na medida em que a mediação dos pares é crucial e define um contorno importante na construção da identidade. Do mesmo modo, nesta fase encontram-se em pleno processo de maturação neurológica, o que lhes coloca em maior vulnerabilidade neuropsicológica para efeitos de substâncias. Estas, entre tantas outras, são apontadas como as razões relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, que se inicia, majoritariamente, nesta fase (SLOBODA; PETRAS, 2014).

¹Classificação Internacional de Doenças.



É importante destacar que o uso inicial é de caráter experimental, ocasional e, caracteristicamente, social. Não é ainda um uso prejudicial ou dependente. Se o ou a adolescente vai ou não fazer a trajetória de mudança para padrões problemáticos do uso, depende de uma conjunção de fatores, de diferentes ordens: pessoais, familiares, socioculturais, comunitários.

Sendo assim, no caso do consumo de substâncias psicoativas por adolescentes, é muito importante que essa diferenciação dos padrões de uso seja feita, para não mitificar e transformar em um “monstro” um uso ainda experimental ou social. Da mesma forma, há de se cuidar quando o padrão de uso do adolescente já está problemático, pois a sua condição de um sujeito em desenvolvimento, nas suas dimensões biopsicossocial, aumenta a condição de risco estabelecido com a substância e a possibilidade de envolvimento em contextos de uso problemáticos.

Os estudos epidemiológicos vêm demonstrando que a principal droga de consumo entre adolescentes é o álcool. Neste sentido, esta droga lícita merece toda a atenção de profissionais e das políticas públicas voltadas para adolescentes. A Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar - PeNSE/2015 (IBGE, 2016) mostrou que 55,5% dos escolares do 9º ano do Ensino Fundamental responderam positivamente sobre já terem experimentado bebidas alcoólicas em sua vida. Quando a pergunta foi sobre o consumo feito nos últimos 30 dias anteriores à realização da pesquisa (consumo atual), a resposta positiva foi de 23,8%, sendo que em Santa Catarina este índice eleva-se para 33,8%, o que impõe a necessidade de pensar políticas preventivas, como é o caso do presente caderno. Outro dado importante para fundamentar intervenções é que as meninas (25,1%) tiveram um consumo, nos últimos 30 dias, superior ao observado para os meninos (22,5%), indicando a necessidade de ações específicas para este público feminino, que vem, pouco a pouco, aumentando seu padrão de consumo, mudando o cenário cultural, quando antes o beber era um comportamento considerado tipicamente masculino. No que se referem aos

episódios de embriaguez, relacionados ao padrão “binge” anteriormente mencionado, para os escolares que já experimentaram uma dose de bebida alcoólica, a ocorrência de episódio de embriaguez na vida foi de 38,5%, considerado um padrão de maior risco (IBGE, 2016).

A segunda droga mais consumida na vida entre escolares também é lícita, o tabaco, com o índice de 18,4% entre os escolares do 9º ano do Ensino Fundamental, sendo superior para os meninos (19,4%) quando comparado às meninas (17,4%). Os alunos de escolas públicas (19,4%) referiram à experimentação com mais intensidade do que aqueles de escolas privadas (12,6%). A Região Sul (24,9%) apresentou o maior valor para a experimentação.

Por outro lado, sobre as drogas ilícitas, apareceu um índice de uso na vida de 9,0% entre os estudantes do 9º ano no Brasil. No que diz respeito ao uso de ilícitas nos últimos 30 dias, ele foi relatado por 4,2% da população de escolares. Novamente Santa Catarina (12,7%) apresenta índices maiores do que a média nacional para uso de drogas ilícitas na vida, sendo que Florianópolis (17,0%) destaca-se por estar em primeiro lugar no consumo entre as capitais. A droga ilícita mais consumida é a maconha, com o índice de 4,1% na amostra nacional, sendo que entre os que já consumiram drogas ilícitas, 46,1% usaram maconha nos últimos 30 dias. Quanto ao consumo de crack, 0,5% da população estimada de escolares do 9º ano em 2015, já fez uso na vida. Entre os estudantes que já usaram drogas ilícitas, 5,5% referiram o uso de *crack* alguma vez nos últimos 30 dias.

Esses dados epidemiológicos devem ajudar a planejar e dirigir ações preventivas, sustentando-se nos tipos de uso e de drogas mais consumidas.

2.5 CONDUTAS DE RISCO E PROTEÇÃO NA ADOLESCÊNCIA E USO DE DROGAS

A expressão “condutas de risco”, na perspectiva sociológica de Le Breton (2009), institui-se como um jogo simbólico ou real com a morte e está associada à participação em atividades que, potencialmente, podem comprometer a saúde física e psíquica do indivíduo, bem como trazer problemas sociais, tanto no presente quanto no futuro. A decisão de assumir condutas de riscos é subjetiva e as consequências inesperadas estão presentes em todas as fases da vida. No entanto, pesquisas como a de Le Breton (2009) demonstram que adolescentes adotam comportamentos de risco principalmente para dar sentido às suas vidas, num corpo a corpo com um mundo conturbado e, assim, desafiam-se em novas experiências.

As condutas de risco nem sempre trazem apenas prejuízo, pois com elas também os humanos lançam-se na cena pública e estabelecem as relações entre os pares, além de construir suas autonomias. Adolescentes são normalmente vistos como um grupo com especial propensão para se envolver em comportamentos comprometedores para a saúde, abuso de álcool e outras drogas, métodos de fazer dietas perigosas, atividade sexual precoce e agressão física (CARTER et al. apud SANTOS, 2008, p. 12).

Dentre os fatores de risco/proteção, é destacada a relação parental, sobretudo a ausência paterna física ou simbólica e frequente leniência materna, mas o oposto, como um controle rígido, absorvente, que não permite o pleno desenvolvimento para a autonomia, também são fatores consideráveis. Nessa direção, estudos têm apontado a análise dos estilos parentais como uma forma bastante efetiva de compreender as relações de vulnerabilidade ao uso de drogas. Consideram-se quatro estilos parentais, estruturados com base em duas dimensões: responsividade e exigência. A responsividade refere-se ao reconhecimento da individualidade dos filhos (diálogo, afetividade, complacência); já a questão da exigência, diz respeito à vontade dos pais em atuarem como agentes socializadores (controle, estabelecimento de padrões de conduta, disciplina). Pais com escores altos em ambas as dimensões são nomeados de autoritativos; aqueles com elevados escores em responsividade e baixos em exigência são indulgentes; pais com escores altos em exigência e baixos em responsividade, autoritários; e os que apresentam escores baixos em ambas as dimensões são classificados como negligentes, como se vê no quadro a seguir (MARTINS; 2016; MARTINS; SCHNEIDER, 2016).

QUADRO 2 - ESTILOS PARENTAIS E AS DIMENSÕES ENVOLVIDAS NO CONSTRUCTO

	Exigência Elevada	Exigência Reduzida
Responsividade Elevada	Autoritativo	Indulgente
Responsividade Reduzida	Autoritário	Negligente

Fonte: Martins, 2016, p. 50.

Muitos estudos vêm evidenciando a influência dos estilos parentais no bem-estar de adolescentes, assim como também o papel fundamental desempenhado no uso de drogas entre jovens. Dessa forma, os estilos parentais atuam como fatores de risco e proteção. Um trabalho recente realizou uma revisão de estudos publicados nos últimos 30 anos que enfocavam a re-

lação entre os estilos parentais e o consumo de drogas em adolescentes, e destacou que o estilo parental mais protetivo foi o autoritativo, sendo que o estilo negligente se coloca como o de maior fator de risco ao consumo, não havendo um posicionamento claro acerca dos estilos indulgente e autoritário (MARTINS, 2016; MARTINS; SCHNEIDER, 2016).



Aliado aos modelos de funcionamento adulto na família, adolescentes são mais vulneráveis às influências externas, tornando-se um alvo mais direto das mídias (televisão, internet, cinema, música) e, portanto, serão alvos prediletos relacionados ao consumismo e às mensagens de violência, de certas vivências da sexualidade, entre outros comportamentos (FEIJÓ; OLIVEIRA, 2001).

Muitas dessas condutas relacionadas ao uso de drogas são complexas e as razões do uso ou abuso são múltiplas. Inicialmente por curiosidade ou experimentação, na busca das sensações produzidas pelas alterações neuroquímicas da substância, o uso pode aumentar gradativamente, podendo vir a se tornar problemático. Porém, há um conjunto de fatores internos e externos que interatuam na constituição das trajetórias possíveis. A literatura mostra a relação de futuros abusos no consumo de álcool e outras drogas na fase adulta relacionados com condições de vulnerabilidade na infância e adolescência, de diferentes ordens: pessoais (condições de agir conforme habilidades de vida: autoconhecimento, empatia, comunicação eficaz, relacionamentos interpessoais, tomada de decisões, resolução de problemas, pensamento criativo, pensamento crítico, lidar com os sentimentos e emoções, lidar com o estresse), sociais e familiares (influência dos amigos, condições socioeconômicas da família, histórico de uso de substâncias psicoativas na família, religiosidade), comunitárias (valores da cultura local, condições de violência na comunidade, existência de tráfico de drogas no contorno), escolares (relacionamento entre professores e alunos, condições de aprendizagem, desempenho acadêmico na escola). Há um conjunto de aspectos críticos no processo de desenvolvimento psicossocial que interatuam nessa situação (SLOBODA; PETRAS, 2014).

A adolescência é um período de multiplicação de decisões e, portanto, de riscos, é época de opções de estudo, das primeiras relações amorosas, contestar crenças e valores e, sobretudo, é uma época de enfrentamento do mundo com uma vontade de experimentar seu corpo, sentir seus limites, tocar o mais perto

possível sua existência, enfim, de experimentar sua independência em relação aos pais (LE BRETON, 2009, p. 38).

Os grupos que são forte referência nesta fase da vida podem influenciar tanto para as condutas de risco quanto para o contrário disso. Com os pares, o e a jovem tendem a superar suas apreensões e afirmam suas identidades aos olhos dos outros (LE BRETON, 2009, p. 46).

Todo esse quadro exige estudos aprofundados sobre a adolescência perspectivada para a atual realidade social que enseja novas formas de ser e estar no mundo, produzindo, como explica Le Breton (2007), muitas dificuldades não encontradas em tempos anteriores para os humanos nesta etapa da vida.

Uma diferença, apontada pelo mesmo autor, entre condutas de risco de adolescentes e de adultos é a de que adolescentes não possuem a visão fatal e irreversível da morte. O arriscar do e da jovem pode provir de pequenas transgressões: mentir para os pais, furtar um chocolate no supermercado; e de eventos mais graves como: a anorexia, a bulimia, andar de motocicleta “costurando” o trânsito, situações que se vinculam ao fascínio pela perda do equilíbrio, como se o solo desaparecesse sob os pés. Daí o sentimento de vertigem, queda e perda de toda contenção quando buscam minimizar um sentimento de insignificância aos olhos dos outros.

Assim, a partir da conclusão de Le Breton, pode-se considerar que, muitas vezes, os interesses daqueles que atuam na prevenção de riscos podem se contrapor aos interesses dos sujeitos, o que, provavelmente, é causa de muitos insucessos e frustrações.

Bauman (2001) apresenta a atual sociedade caracterizando-a como modernidade líquida, marcada pela instantaneidade e pela liquidez nas relações, nada é durável. Uma sociedade que não mantém sua forma, não é estável, mas é marcada por transformações, desestabilidades, construções e desconstruções, imprevisibilidade, não se atendo a um só formato, ao contrário da solidez, que se refere à metáfora das marcas da modernidade, adjetivada por aspectos de durabilidade, de controle, de estabilidade. Esta modernidade é passível de

transformações, de mudanças, de desintegração de ambientes, de construção de novas formas de vida e interações. Nesse sentido, o autor assinala que o tempo é fortemente regulado por fatos instantâneos. Essa fugacidade dificulta produzir projetos mais concretos de vida e perspectivas de futuro.

Grandes transformações no âmbito social, político, econômico, ambiental, sempre no sentido de esquecer o passado e com ele os antigos marcos balizadores, ou seja, aquilo que significava importância nas ações dos indivíduos em relação aos valores sociais (terminar os estudos, namorar, casar, encontrar trabalho fixo...) agora acabam perdendo seu sentido. As possibilidades de criar novas formas de vida são aceitas, e o mundo movimenta-se conforme as demandas imediatas. É o mundo do imediatismo, das coisas descartáveis. Na modernidade líquida, a ação é imediata, em curto prazo e está favorecida por novas tecnologias da informação, notadamente pela internet.

Esse recurso oferece meios de conexão com o mundo todo, levando indivíduos a estarem constantemente em movimento, mesmo permanecendo no lugar onde se encontram. A internet também favorece novas formas de relações entre as pessoas, sendo que a comunicação ocorre por intermédio de meios eletrônicos, a qualquer tempo, descartando outras formas de contato. A mídia, assim como a internet, possibilita também repassar informa-

ções em um curto espaço de tempo em uma grande velocidade, permitindo a sensação de mobilidade. “O espaço deixou de ser um obstáculo – basta uma fração de segundo para conquistá-lo” (BAUMAN, 1999, p. 85).

Num primeiro olhar, parece que tudo está mais fácil para o ou a adolescente deste tempo histórico, mas, sem dúvida, está-se diante de uma sociedade que perturba por não balizar nada. A fluidez do mundo contemporâneo, apontada por Bauman (1999), torna o período absolutamente instável, descontínuo, confuso. Se os velhos marcos não servem mais, os novos estão em tal profusão que nada faz sentido, ou têm um sentido difuso, gerando sofrimento, insegurança, vazio. Neste quadro, as drogas podem entrar como um pseudoalívio a um mundo hostil, uma “bengala química” para enfrentar as incertezas e inseguranças vividas.

Na adolescência, o recurso às drogas deve ser compreendido como essencialmente ligado às várias operações psicossociais atuantes nesta fase. Isso pode implicar que o uso de substâncias psicoativas se torne um comportamento relativamente comum nessa etapa - especialmente entre grupos expostos a importantes fatores de risco como já assinalamos, ou seja, a alta disponibilidade de drogas, ambiente comunitário desprovido de acesso a bens culturais, esportivos, trajetórias escolares insatisfatórias, problemas familiares, psicológicos ou físicos.

2.6 ENSINANDO SOBRE USO DE DROGAS NA RELAÇÃO COM CONTEXTOS ESCOLARES

Pode-se dizer que o “contexto” interfere no pensamento e na aprendizagem de adolescentes, fornece ferramentas culturais específicas para a construção dos sentidos sobre o objeto de estudo, propicia elementos para a interação entre sujeitos na construção dos sentidos. Nesta perspectiva, a escola deve ser mediadora do contexto de produção do conhecimento científico e do cotidiano.

Sendo assim, o conteúdo, que é objeto de estudo da escola, deve ser aquele que possibilite a estudantes a reconstrução e a ampliação

dos conhecimentos pré-existent (ZABALA, 2002), oportunizando ferramentas para desenvolver a capacidade de atuação com o conhecimento científico em situações reais, quando necessário, como elemento de significação e sentido das aprendizagens escolares.

Como explica Roth (2002, p. 196), “a ciência escolar é problemática pelo fato de se orientar para a aprendizagem de conceitos e teorias independentes das situações nas quais eles são úteis”. Em contraste com isso, a aprendizagem quase nunca é focalizada para situações diárias



fora da escola. Quer dizer, quando se participa de ações relevantes, significativas, com propósito responsável, o aprendizado tem maior significado para os estudantes. Isso não significa a permanência nos chamados saberes locais e, sim, que a partir deles deve-se ampliar possibilidades de entendimento e soluções.

Poucos fenômenos sociais preocupam tanto pais como professores, causam gastos na justiça e na saúde, dificuldades na família, como o uso de álcool e drogas (PINSKY; BESSA, 2012).

Assim, nenhuma escola que esteja atuando com adolescentes deste momento histórico pode se furtar de incluir em seu currículo esta temática, e tampouco pode fazê-lo de forma pontual. O início do debate deve ser o de entender esta sociedade individualizante e consumista cujo panorama não é o da humanização das relações, mas o da busca exclusiva pela satisfação pessoal de consumidores e da sociedade em que alguns valores e princípios passaram a tomar outras configurações.

O valor da responsabilidade, por exemplo, que em outros tempos residia no dever ético e na preocupação pelo outro, atualmente, configurou-se em relação a si próprio, levando o indivíduo a compreender-se como único responsável por seus atos e deveres, excluindo a

responsabilidade pelos interesses, necessidades e desejos do outro e pelo bem coletivo.

Da mesma forma, elementos pouco trabalhados nas escolas, e que permitem ver a organização social para a manutenção das desigualdades, dizem respeito à ótica do proibicionismo, com seu viés repressivo e punitivo. Assim, sem demérito ao trabalho que tem seu foco na explicação sobre a composição das drogas e seus efeitos orgânicos, os quais devem compor os saberes desta temática e são facilmente acessados por professores e professoras, propõe-se para este caderno temas mais complexos, não por serem mais importantes que outros saberes, mas por desafiar pré-conceitos e permitir pós-conceitos, por chamar esses profissionais a refletir e abordar a temática com maior chance de alcançarem seus estudantes, ajudando-os a resistir ao uso de drogas e compreender o cenário social que os enreda em circunstâncias que, uma vez iniciadas, marcam suas vidas negativamente, quando não as suprime.

Na escola, é possível favorecer a construção de projetos de vida quando os educadores agem para que ela se torne um espaço de pertencimento, participação, realização e criação, e não de fracasso ou exclusão.

**“Enquanto educadores, é necessário conhecer
melhor nossos adolescentes de modo a
enfrentar as vulnerabilidades e as desigualdades
que influenciam seus desenvolvimentos e
para garantir os seus direitos. Os projetos
educativos fundamentados na realidade
social e comunitária dos adolescentes podem
mediar formas progressivamente mais críticas
e conscientes dos adolescentes diante de seus
contextos, favorecendo suas participações na
transformação da comunidade”**

**(ARAÚJO; LOPES DE OLIVEIRA, 2010 apud
MEDERIOS ET AL., 2014, p. 136).**





3



PREVENÇÃO



3.1 A PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS NO COTIDIANO ESCOLAR

É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente

(ECA, 1990. Art. 70).

A educação é o primeiro ato de prevenção, desta forma, deve-se pensar na necessidade de trabalhar a temática drogas de forma realista e contínua no ambiente escolar dada a importância desse precaver.

É reforçado aqui o que diz o caderno da Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola, onde se afirma que a escola se apresenta como um dos espaços privilegiados para se desenvolver ações de prevenção ao uso indevido ou abusivo do álcool e outras drogas, porque é onde está o maior número de adolescentes ou pelo menos deveriam estar; e passam tempo significativo de suas vidas dentro do ambiente escolar. E, em especial, porque a escola pode e deve apontar alternativas para projetos de

vida, permitindo uma conexão qualitativa entre adolescente e mundo.

Para uma melhor compreensão do significado de prevenção pela educação, a referida política trabalha com o conceito de “vir antes, avisar; preparar; impedir que se realize; antecipar uma informação; alertar sobre algo; preparar alguém/algo para evitar alguma coisa” (SANTA CATARINA, 2011, p. 26). Na educação esse conceito deve se desenvolver com conhecimento científico e com atividades que envolvam adolescentes como sujeitos da aprendizagem e com o direito de voz para poderem expressar seus sentimentos e a compreensão que têm sobre a temática das drogas.

Sendo assim, o Plano Estadual de Santa Catarina (2015) orienta:

Priorizar programas e desenvolver metodologia de orientação, prevenção e resistência ao consumo de substâncias psicoativas ao longo de toda vida escolar. Promover articulação da comunidade escolar com a rede de políticas públicas para atendimento aos alunos envolvidos no consumo de drogas (SANTA CATARINA, 2015a).

Contudo, mediante a dificuldade de domínio do assunto das drogas, a abordagem na escola necessita de cuidados para não aplicar conceitos equivocados e práticas pouco convincentes e ineficazes. Pela complexidade do tema e a abordagem adequada dos níveis de prevenção, torna-se importante uma compreensão do conceito de educação, adolescência e dos padrões de uso de drogas, como foi visto anteriormente.

É preciso compreender que falar de e sobre drogas na escola não significa dizer que se está diante de adolescentes usuários ou envolvidos. Ao contrário, pretende-se, aqui, fortalecer um trabalho na escola que eduque para a prevenção como a melhor alternativa para o enfrentamento ao consumo abusivo ou indevido do álcool e outras drogas entre estudantes

crianças, adolescentes e adultos. É na educação formal que se encontram as possibilidades de formar sujeitos conscientes sobre os riscos e os malefícios do uso abusivo das drogas.

Cabe sinalizar que falar sobre drogas na escola não significa centralizar o problema nos efeitos e no consumo das drogas ilícitas (maconha, *crack*, cocaína, *ecstasy*, etc.), desconsiderando a magnitude dos problemas ocasionados pelas drogas lícitas. Estas últimas, como o álcool, tabaco e os remédios, são as de maior consumo, como já visto, e trazem também prejuízos individuais e sociais, por estarem relacionadas com problemas de saúde, gastos em saúde pública, transmissão de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)/Síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), acidentes



de trânsito, homicídios, violências, problemas que abrangem toda a sociedade. É preciso ampliar o “olhar” e as discussões sobre o tema,

ênfatizando que, sejam substâncias lícitas ou ilícitas, as drogas resultam em inúmeras consequências adversas.

3.2 PRINCÍPIOS PARA UMA AÇÃO DE PREVENÇÃO COM FOCO NA QUALIDADE

Uma abordagem preventiva deve buscar uma visão sistêmica do uso de drogas, em consonância com a concepção pedagógica da escola, pautada na visão integralizadora do ato educativo. Caracterizado por ser, essencialmente, um fenômeno constituído nas inúmeras interfaces e articulações entre diversas variáveis (biológicas, farmacológicas, psicológicas, socioculturais, políticas, econômicas e antropológicas), o uso de drogas configura-se com uma complexidade que inviabiliza qualquer tentativa de explicação reducionista que desconsidere suas múltiplas determinações (SCHNEIDER; LIMA, 2011).

Contraditoriamente, esse fenômeno é abordado, em geral, a partir de processos de intervenção e de prevenção baseados em

concepções teóricas dicotômicas, fragmentadas, ahistóricas, deterministas e de cunho acentuatadamente reducionista. Tais concepções, em geral, enfatizam apenas um dos aspectos envolvidos no uso de drogas, seja ela a dimensão psicológica do usuário ou seu contexto socioeconômico, ou a influência do meio familiar, ou os efeitos bioquímicos das drogas, ou ainda os fatores genéticos, enfim, concepções que, embora intimamente relacionadas com o uso de drogas, isoladas não dão conta de explicá-las, nem de propor soluções adequadas (SCHNEIDER, 2010; SCHNEIDER; LIMA, 2011).

Fazer prevenção, portanto, não é tarefa fácil, sobretudo quando se trata da complexidade do uso das drogas, por isso é necessário

buscar compreender o uso de drogas como fenômeno complexo da vida em sociedade, permeado por questões políticas, econômicas, sociais e culturais, que se relacionam com a subjetividade humana, a moral, as relações de poder, as relações institucionais e pessoais, entre outras (BUCHER; MACRAE apud BRASIL, 1998).

Assim sendo, a supressão total de drogas tem sido apontada pela pesquisadora Fonseca (2006) como utópica, pois seria um objetivo inatingível e se contrapõe à ideia do livre arbítrio. Por outro lado, ao se falar de adolescentes, este livre arbítrio exige o acompanhamento, a orientação de adultos, pois sua condição de sujeito em peculiar etapa de desenvolvimento exige cuidados diferenciados de toda a sociedade.

No Brasil, estudos vêm questionando a predominância, tanto na esfera federal quanto nas estaduais e municipais, de políticas públicas marcadas pela descontinuidade e pelo casuísmo em seus projetos de prevenção. São apontados problemas como o excesso de iniciativas pontuais e sem continuidade, além

de dificuldades metodológicas, como a falta de planejamento, de sistemas de registro dos processos e da avaliação dos resultados alcançados, entre outros aspectos.

Também se questionam os modelos predominantes de caráter fundamentalmente informativos, baseados em palestras e seminários, sem que se objetive o protagonismo dos envolvidos no processo e sem a promoção de alternativas aos fatores de risco (CANOLETTI; SOARES, 2005; BECOÑA, 1999). Dessa forma, deve-se estar atento à fragilidade de ações pautadas na organização de palestras e campanhas pontuais alertando para os perigos das drogas. São atividades que, se não estiverem inseridas em um projeto de trabalho pedagógico da escola e seus profissionais, ficarão no nível de informa-

ção, sem conseguir estabelecer um diálogo com adolescentes. Alerta-se também para um efeito contrário que pode ter a presença de ex-usuários contando suas trajetórias, pois o ou a adolescente pode inferir que se o palestrante foi ao “fundo do poço” e voltou, então também pode repetir essa trajetória.

De modo similar, há críticas consistentes ao predomínio do modelo, já bastante questionado em sua efetividade, como será exposto adiante, chamado de “proibicionista” ou de “guerra às drogas”, que realiza em termos preventivos aquilo que se denominou de “pedagogia do terror”, que prioriza sua atuação junto ao polo das drogas e seus efeitos adversos e foca em sua repressão, desconsiderando outras dimensões psicossociais fundamentais na

constituição da problemática do uso de drogas (CANOLETTI; SOARES, 2005; SODELLI, 2010).

Sendo assim, as intervenções educativas devem ser planejadas, estar descritas no currículo e incluídas no projeto pedagógico da escola, colocando-se na direção dos princípios educativos da escola. Da mesma forma, devem ser ações intersetoriais, contando com o envolvimento de toda a comunidade escolar na ação, professores, professoras, gestão escolar, merendeiras (rede interna) de forma coletiva, pois exige trabalho em equipe, conhecimento científico e estudo para o desenvolvimento de práticas mais convincentes e eficazes. Contar ainda com a rede externa à escola (saúde, assistência social, entre outros) e, principalmente, envolver a família nos contextos de estudos.

NÍVEIS DE PREVENÇÃO

Existem duas classificações que são reconhecidas sobre os níveis de prevenção que devem ser alcançados por um determinado programa ou atividade de prevenção. A primeira classificação foi proposta na década de 1970 e

definiu três níveis de prevenção, de acordo com a *fase de consumo do sujeito* (SANCHEZ, 2017).

Nesta classificação, as estratégias de prevenção podem ser primárias, secundárias ou terciárias.

PREVENÇÃO PRIMÁRIA

O objetivo é evitar a experimentação inicial de drogas ou retardar o seu início. É destinada, portanto, a sujeitos que ainda não as experimentaram.

PREVENÇÃO SECUNDÁRIA

Destina-se às pessoas que já experimentaram drogas ou usam-nas moderadamente e tem como objetivo evitar a evolução para usos mais frequentes e prejudiciais.

PREVENÇÃO TERCIÁRIA

Diz respeito às abordagens necessárias no processo de recuperação e reinserção dos indivíduos que já têm problemas com o uso ou que apresentam dependência.

A segunda, e mais recente, classificação de níveis de prevenção não exclui a anterior, mas a complementa, e baseia-se na diferenciação de gru-

pos *por nível de risco de exposição às drogas*. Nesta classificação, um programa de prevenção pode ser universal, seletivo ou indicado (SANCHEZ, 2017):



PREVENÇÃO UNIVERSAL

Dirigida à população em geral, sem qualquer estratificação de grupos por fatores de risco. Nas escolas, as estratégias universais são realizadas com todos os alunos de uma determinada série, sem a preocupação de selecionar apenas alunos com maior vulnerabilidade para o uso de drogas.

PREVENÇÃO SELETIVA

Voltada à população com maior risco para o uso de substâncias. Não é, necessariamente, destinada a pessoas que já consomem drogas, mas àquelas que têm mais chance de fazê-lo. Exemplo: programa de prevenção realizado em uma escola de uma região de alta criminalidade e oferta de drogas.

PREVENÇÃO INDICADA

Engloba intervenções destinadas a sujeitos identificados com comportamentos de risco, relacionados direta ou indiretamente com drogas, e a sujeitos usuários. Visam a reduzir não só o consumo de drogas, mas também os danos associados, ao melhorar os aspectos da vida do sujeito.

O modelo baseado em riscos foca mais nas condições de contexto, sendo mais adequado para projetos institucionais de caráter macro; enquanto o primeiro modelo foca mais no padrão de uso do indivíduo, sendo mais adequado para ações dirigidas para sujeitos bem delimitados. Esses dois modelos, no entanto, como já falado, complementam-se.

Portanto, um programa de prevenção deve ter claramente definido a quem se destina, ou seja, que tipo de população pretende atingir e, assim, desenhar suas atividades conforme os diferentes níveis de risco e as diferentes faixas etárias (com suas características e necessidades específicas) a serem envolvidas.

O trabalho da escola e de profissionais da educação na direção da prevenção deve focar, de forma mais sistemática, o primeiro nível de prevenção, ao buscar atingir a maioria de estudantes que ainda não usa drogas de forma regular, e que tenha níveis baixos de risco. Caso já se tenha levantamento sobre as condições de risco da população escolar e se tenha verificado grupos de maior vulnerabilidade ou de usuários problemáticos de drogas, deve-se, então, realizar ações de prevenção seletiva e indicada.

Especialistas vêm discutindo que a chave do êxito no desenvolvimento de programas preventivos está enraizada na compreensão da influência psicossocial e nos processos que facilitam ou impedem o começo do compor-

tamento do uso de drogas. Os conceitos de fatores de risco e de proteção auxiliam nessa compreensão e, portanto, são importantes ferramentas conceituais para o campo da prevenção, em função da operatividade que possibilitam na delimitação de seus elementos, situações e fatos que trazem uma alta probabilidade de associação com o consumo de drogas (BECOÑA, 1999).

Por fator de risco, entende-se um atributo da pessoa, da condição situacional ou do contexto ambiental que aumenta a probabilidade de envolvimento com drogas (início) ou da transição de padrão de uso. Por fator de proteção, compreende-se um atributo individual, condição situacional ou do contexto ambiental que inibe, reduz ou atenua a probabilidade de uso e/ou abuso de drogas ou da transição do nível de comprometimento com esta (BECOÑA, 1999).

Os fatores de risco e de proteção implicam quatro domínios: comunitário, escolar, familiar e individual/pares. A maioria deles tem múltiplas dimensões mensuráveis e cada um deles influi de forma independente e/ou global no abuso de drogas. Em alguns casos, dependendo da natureza dos mesmos, são possíveis intervenções diretas sobre os fatores de risco detectados e, com isso, pode-se ter como resultado a eliminação ou a sua redução, diminuindo a probabilidade do abuso de substâncias. Porém, em outros casos, a interven-

ção direta não é possível, sendo que o objetivo principal passa a ser atenuar sua influência e, assim, reduzir ao máximo que estes fatores levem ao consumo de drogas (BECOÑA, 1999).

Outro indicador importante de efetividade de programas preventivos são os que focam suas ações no desenvolvimento de habilidades de vida (FRANCO; RODRIGUES, 2014). Esta dimensão relaciona-se com o desenvolvimento infantil e seus desdobramentos para o campo de possibilidades futuras da criança, na medida em que ações, atitudes, emoções, interações sociais, enfim, os comportamentos aprendidos de uma criança e adolescente terão repercussões em sua trajetória psicossocial e influenciarão o curso de sua vida. Sabe-se que muitos problemas graves que ocorrem na idade adulta (como dificuldades emocionais, abuso de drogas, violência intrafamiliar, psicopatologias) têm suas origens em aprendizados e modos de agir que começam cedo na vida, estabelecendo uma clara correlação com as vulnerabilidades na infância, que se colocam como fatores de risco. Tais vulnerabilidades psicossociais relacionam-se com o que se chama genericamente de habilidades de vida (SCHNEIDER; LORENZO, 2017).

Há um conjunto de habilidades que podem ajudar os sujeitos a tomarem atitudes mais proativas e comportamentos que favoreçam sua saúde, pois visam à transformação de conhecimentos e valores em ações positivas, favorecendo a resiliência. As habilidades de vida propostas pela Organização Mundial da

Saúde organizam-se nos seguintes comportamentos: 1) tomada de decisão; 2) resolução de problemas; 3) pensamento criativo; 4) pensamento crítico; 5) comunicação eficaz; 6) relacionamento interpessoal; 7) autoconhecimento; 8) empatia; 9) manejo das emoções; e 10) manejo do *stress*. Essas categorias relacionam-se diretamente com as habilidades sociais, interpessoais e cognitivas (GORAYEB, 2002). São desenvolvidas no contexto cultural e com clara relação com os determinantes socioeconômicos, portanto, dependem das condições e do nível de desenvolvimento local e nacional, daí a necessidade de adaptar o ensino das habilidades às características da população-alvo (FRANCO; RODRIGUES, 2014).

O contexto escolar tem se mostrado um importante espaço para o ensino de habilidades de vida, pois é onde grande número de crianças e adolescentes passam parte de seu tempo, colocando-se como *locus* privilegiado para a multiplicação deste tipo de postura positiva aos desafios da vida (FRANCO; RODRIGUES, 2014).

Sendo assim, os indicadores de efetividade da prevenção escolar colocam-na em direção aos princípios da promoção de saúde, ou seja, indicam um enfoque que vá para além da abordagem focada somente no problema ou doença, ou ainda com ênfase somente na evitação da substância, ou na abordagem do amedrontamento. Solicita-se, portanto, cada vez mais, que as abordagens preventivas considerem, em seu planejamento, os determinantes sociais em saúde.

3.3 PROIBICIONISMO E PEDAGOGIA DO TERROR: MODELOS A SUPERAR

O conjunto de discursos e leis antidrogas dos diferentes estados nacionais ficou conhecido como proibicionismo. Desde os anos 1920 ele se consolidou como o modelo legal, em caráter mundial, coordenado pela Organização das Nações Unidas (ONU), para tratar de uma sempre crescente lista de drogas proibidas, ao estabelecer limites arbitrários para usos de drogas legais/positivas e ilegais/negativas, principalmente a partir da Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961, que acabou por

implantar globalmente o paradigma proibicionista no seu formato atual (FIORE, 2012), ao focar o problema na oferta da substância e estabelecer uma “guerra às drogas”.

O proibicionismo conjuga argumentos de quatro tipos: o moralista, o de saúde pública, o de segurança pública e o de segurança internacional. Nesta perspectiva, o uso de drogas seria um desvio de conduta (moral) que levaria a um problema geral de vício, patologia e degradação pessoal e social (saúde pública); como



as drogas proibidas continuariam sendo consumidas, haveria a formação de um mercado ilícito (segurança pública) que ganharia, com o narcotráfico, contornos de problema global (segurança internacional) (DELMANTO, 2013; CARNEIRO, 2005).

Esses autores explicam que o proibicionismo, bem como as atuais ações acerca do combate às drogas, é de herança estadunidense, embora influenciada por organismos internacionais. Interessada no aproveitamento máximo da força de trabalho, a coerção industrial estabeleceu como principais alvos o sexo e as drogas, inclusive o álcool. Inicialmente, os Estados Unidos da América (EUA) proibiram a venda do ópio (1909), cocaína e heroína (1914) e bebida alcoólica (1919), esta última com lei revogada em 1933 (DELMANTO, 2013).

Laikovski (2015) afirma que após a Segunda Guerra aumentou ainda mais o número de drogas proibidas internacionalmente pela ONU, sendo que as drogas legais e ilegais passam a ser objeto de uma forte intervenção reguladora estatal no século XX, o que redundou em tratados internacionais, leis específicas, aparatos policiais e numa consequente hipertrofia do preço e do lucro comercial. Paradoxalmente, a despeito da proibição, a partir da década de 1960 aumenta a demanda por cocaína, haxixe e maconha, assim como heroína nos EUA e na Europa, aumentando os índices do uso de drogas em todas as nações. Essa situação tem uma clara relação com a organização do tráfico, através da formação de cartéis na Colômbia, Peru e Bolívia, o que leva à hipótese de uma simbiose entre interesses do Estado e do narcotráfico:

Para as organizações da droga, a manutenção da proibição e da repressão ineficientes de um largo leque de drogas psicoativas amplamente desejadas e consumidas maximiza os lucros do negócio, ao mesmo tempo em que a facilidade com que conseguem influência nas instituições públicas garante que os canais estatais se abram aos objetivos do crime organizado. Por outro lado, a proibição às drogas fornece ao Estado uma importante justificativa para a intervenção na sociedade, através da repressão à produção e consumo ilegais que, na realidade, incidem diretamente sobre o usuário e o traficante varejista (geralmente proveniente de classes sociais baixas). A guerra às drogas é ineficiente para desbaratar os setores oligopólicos, mas é extremamente operacional como uma estratégia política de controle social. A simbiose se dá, portanto, não só na penetração de um modelo repressivo vantajoso para 'perseguidor' (Estado) e 'perseguido' (narcotráfico) (DELMANTO, 2013, p. 20).

Nesse contexto, fica explícito que o proibicionismo reflete as contradições da sociedade e as desigualdades entre as classes sociais, uma vez que a guerra às drogas acaba por ter como principal alvo a população pobre. Desta forma, determinados grupos obtêm grandes lucros com o comércio ilegal. O Estado, por sua vez, ao assumir um discurso moralizador e repres-

sor, acaba por criminalizar a pobreza e agir de forma coercitiva para o controle da população, produzindo a manutenção deste *status quo* (DELMANTO, 2013). No Brasil, o grande número de pessoas aprisionadas por envolvimento com o tráfico de drogas é oriundo das camadas menos favorecidas socialmente, como demonstra a pesquisa de Rocha (2016).

Os dados de aprisionamento no Brasil², que tem a 4ª maior população carcerária do mundo e, nos últimos 20 anos, teve o maior crescimento mundial, 350%. Em 1990 havia 60 mil vagas e, em 2013, 306 mil vagas, um aumento de 410% e, mesmo assim, apresenta um déficit de pouco mais de 208 mil vagas nas 1.312 unidades prisionais. Dado relevante é que das 514.582 pessoas presas, mais de 60% desta população é negra, somando 275 mil presos; quanto à idade, a maioria dos detentos está na faixa entre 18 e 24 anos, so-

²Dados divulgados pela equipe Direito, na síntese da pesquisa Infográfico: O Brasil atrás das grades, divulgada em junho de 2012, com coleta de dados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Disponível em: <www.brasildefato.com.br/node/11078>. Acesso em: 17 jul. 2014.

mando 134 mil presos. Destes, significativa parcela esteve em medida socio-educativa antes dos 18 anos por tráfico de drogas e ao completarem 18 anos totalizam, na atualidade, 125 mil presos neste delito (ROCHA, 2016, p. 145).

É importante enfatizar, portanto, que no Brasil a opção punitiva e proibicionista tem lançado um véu sobre um quadro de desigualdade social, de desemprego, do empobrecimento geracional de certos segmentos sociais que são fatores pre-

ponderantes para estabelecer o que se convencionou chamar de narcotráfico.

O paradigma proibicionista é composto de duas premissas fundamentais, segundo Fiore (2012):

1. o uso dessas drogas é prescindível e intrinsecamente danoso, portanto não pode ser permitido;
2. a melhor forma de o Estado fazer isso é perseguir e punir seus produtores, vendedores e consumidores.

Assim, cabe ao Estado agir em duas frentes: impedir a produção e o comércio dessas substâncias e reprimir seus consumidores. No entanto, como mostram outras pesquisas, como a de Rocha (2014), os discursos ideologizados com base no proibicionismo fazem com que adolescentes, que acabam tendo como modo de sobrevivência o trabalho no tráfico de drogas, ganhem status de traficantes perigosos ou perigosas e recebam estigma de inimigos sociais, justificando a criminalização da juventude pobre, enquanto a de classe média/alta não é discriminada e a ela é atribuído o status de usuários que devem ser cuidados e protegidos. Ou seja, para pessoas criminalizadas pelo tráfico de drogas, oriundas das classes menos favorecidas, existe uma sociedade punitiva que as coloca nas prisões, mas para as de classe média/alta existe outro entendimento, são vistas como usuárias e precisam de tratamento médico. De certa maneira, uma sociedade mais solidária para os ricos e outra punitiva para os pobres.

O corolário lógico do proibicionismo estatal reflete-se nos modelos preventivos hegemônicos na atualidade, a chamada “pedagogia do terror”. Com base na primeira premissa

deduz-se que prevenir drogas é, fundamentalmente, esclarecer seus malefícios. A premissa é de que, de posse destas informações, os jovens se afastariam delas. Com base na segunda premissa, de caráter punitivo, a prevenção acaba por produzir o amedrontamento frente ao seu uso, visando aos que ainda não iniciaram a experimentação e à patologização daqueles que já fazem uso, sem discriminar diferenças entre padrões de uso e de trajetórias pessoais e contextuais.

Essa lógica desconsidera a multideterminação envolvida no uso da droga, que vai muito além do simples acesso à substância e seus potenciais efeitos, pois envolve características pessoais, familiares, do contexto social e comunitário. Além disso, desconsidera uma premissa psicossocial fundamental: o medo é produtor e potencializador de vulnerabilidades psicológicas, sendo que estudos mostram que na base do uso problemático de drogas há uma forte correlação com as vulnerabilidades psicológicas e sociais (MARTINS; SCHNEIDER, 2016). Sendo assim, causar medo pode produzir um efeito inverso, por aumentar a curiosidade e a vulnerabilidade juvenil, podendo induzir ao uso.



É importante esclarecer que a crítica ao modelo “proibicionista” e à “pedagogia do terror” não significa assumir uma posição de que as drogas não produzem importantes efeitos adversos. Estes efeitos estão bem esclarecidos pela Neurociência, Psiquiatria, Psicologia e Sociologia. São conhecidos os impactos, em várias dimensões da vida, provocados pelo uso problemático com o álcool e outras drogas: físicos, psicológicos, sociais, acadêmicos, trabalhistas, entre outros. Estes efeitos também devem ser considerados nas ações preventivas.

Entretanto, pretende-se enfatizar que a posição proibicionista produz uma abordagem reducionista e punitiva, focada no problema e na vitimização do aprendiz. Tal postura entra em choque com uma visão integral do sujeito humano, com a multiterminação do fenômeno do uso de drogas,

com a pedagogia sócio-histórica que rege o projeto pedagógico das escolas de Santa Catarina, assim como com os princípios que fundamentam a Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências nas Escolas da Secretaria de Estado da Educação.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE 2: REFLEXÃO SOBRE O PROIBICIONISMO!

Assista ao vídeo produzido pela *Global Commission on Drug Policy*, intitulado “Guerra ao Drogado”. Busque refletir e debata com seus colegas sobre o contexto e as razões do proibicionismo como característica central da abordagem às drogas na atualidade. Como ela se reflete nas práticas preventivas?

Veja o *link* do documentário: <<https://www.youtube.com/watch?v=kfaGh42xZwE>>.



PARTE 2

SUBSÍDIOS PARA A
ELABORAÇÃO DE PROJETOS
DE PREVENÇÃO ESCOLAR





4

PASSOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PREVENÇÃO NA ESCOLA



Agora é chegada a hora de você juntar-se com seus colegas e com a equipe de gestão e pensar na possibilidade da elaboração de um projeto preventivo ao uso de drogas para a sua escola. Serão desenvolvidos a seguir alguns passos necessários para a elaboração de um projeto de qualidade e que alcance bons resultados. Para tanto, serão destacados os princípios da Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências nas Escolas, da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC), que norteia as ações desta proposta, assim como serão descritos al-

guns indicadores já validados para a elaboração de projetos de intervenção na temática.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica asseguram a necessidade da integração entre as dimensões de educar e cuidar, ao estabelecer um diálogo frutífero entre educação e saúde (BRASIL, 2013a). Esse princípio de ação integral norteia a Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências nas Escolas da SED de Santa Catarina.

Esta política recomenda alguns procedimentos a serem adotados para efetivar ações sistêmicas de prevenção nas escolas:

QUADRO 3 - PROCEDIMENTOS PREVISTOS NA POLÍTICA DE PREVENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SED)

PROCEDIMENTO	DESCRIÇÃO	ALGUMAS INDICAÇÕES
Estudos	Para desenvolver uma intervenção preventiva de enfrentamento aos problemas relacionados ao uso de drogas nos espaços escolares, são necessários saberes científicos para tratar de tais questões numa abordagem educativa.	Este caderno pode auxiliar você neste item, assim como nas referências têm muitas indicações interessantes.
Diálogo	A escola, em todas as situações, deve dialogar com estudantes que têm problemas com o uso de drogas, e com a família ou responsável, com a finalidade de esclarecer a ocorrência e fazer os encaminhamentos necessários. Nessa perspectiva, a intervenção pedagógica deve provocar a reflexão sobre a ação, reelaborando os saberes, aplicando a metodologia do "questionamento reconstrutivo", provocando o processo de ação-reflexão-ação (FREIRE, 2005).	Mais adiante no texto serão dados alguns exemplos realizados pelo Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola (NEPRE), no capítulo 5, sobre "Atenção na Escola".
Acolhimento com ações de escuta	Esse tipo de ação expressa consideração e respeito a estudantes e suas famílias e/ou responsáveis, levando-os a se sentirem apoiados e amparados pela escola. Pode ser realizado individualmente ou, dependendo do caso, com suporte de outro profissional. Por isso, é importante identificar na escola a figura do profissional que realize esse trabalho. Essa metodologia dará direcionamentos que possibilitam a resolução do fato na rede interna da escola ou na rede externa, quando identificadas ocorrências que estão relacionadas à saúde, violação de direitos, entre outras.	Mais adiante no texto há alguns exemplos realizados pelo NEPRE, no capítulo 5 sobre "Atenção na Escola" e no capítulo 6 "O cuidado de si e do outro como princípio de convivência na escola".
Articulação da rede interna da escola	Essa articulação deve ocorrer sistematicamente, sendo imprescindível, tanto para as ocorrências que necessitam de intervenção direta, quanto para as ações direcionadas à prevenção. Orienta-se aqui que diante das situações de práticas de uso abusivo de drogas, o profissional da educação não deve assumir o problema individualmente, isto é, trabalhar isolado. Nesses casos, o NEPRE deve ser acionado para articular a rede interna, ou para ser o apoiador, esclarecendo e envolvendo os profissionais da escola.	Este item tem boas referências no Caderno de Orientações para construção de projetos do Curso de Prevenção Educação a Distância (EAD) para educadores de escola pública (SEIDL; LEITE; SUDBRACK, 2014) indicado nas referências deste caderno.



Articulação intersectorial (rede externa)	Além da abordagem no âmbito pedagógico, é preciso dividir responsabilidades para enfrentar as ocorrências de violências que deflagram no contexto escolar. É necessário identificar os serviços no entorno da escola e da comunidade em que está localizada para constituir uma rede. Portanto, é importante um trabalho intersectorial, ou seja, estabelecer contato com outras instituições, tornando-se essencial para que a escola agregue parcerias, sobretudo nas questões que fogem ao alcance das estratégias de prevenção e solução no próprio âmbito escolar, principalmente as problemáticas relacionadas à saúde, ao uso abusivo de drogas, ato infracional e outras questões sociais.	Este item tem boas referências no Caderno de Orientações acima indicado (SEIDL; LEITE; SUDBRACK, 2014). Há um instrumento <i>online</i> para elaboração do mapa redes no Portal Aberta: <http://www.aberta.senad.gov.br/modulos/capa/mapa-de-redes-de-instituicoes>.
Articulação com as famílias	No atual cenário social, vem se tornando consenso que a escola não é a única responsável pela educação. Nesse sentido, a educação não é uma tarefa que a escola possa realizar sozinha sem a cooperação de outras instituições e, a nosso ver, a família é a instituição que mais perto se encontra da escola.	Este é um item importante e há vários materiais nas referências que abordam o tema das famílias.

Fonte: SANTA CATARINA, 2015b, p. 28-29.

Tomando como ponto de partida as referidas orientações, são indicados, a seguir, passos para a elaboração de um projeto de prevenção, com base em critérios de qualidade já estabe-

lecidos pela literatura especializada (BECOA, 1999; MARLATT, 2000; BARBOSA; PEREIRA; OLIVEIRA, 2014; SCHNEIDER; VON FLACH, 2017).

UM BOM PROJETO DEVE:

Acompanhe este *check list*, verifique o que você e seus colegas estão realizando e se têm ou não condições de cumprir estes indicadores:

QUADRO 4 - CHECK-LIST PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PREVENÇÃO

INDICADORES	CONSEGUIMOS REALIZAR? SIM OU NÃO? SE NÃO, COMO TENTAR INCLUIR ESTES ASPECTOS?
1. Ser realista e possível, contando com um planejamento estruturado a partir dos recursos disponíveis na sua escola, da análise da sua rede interna e externa, como já visto, ao tomar como base o contexto social, político, econômico da comunidade-alvo.	
2. Planejado como algo sistemático e não pontual, garantindo sua inclusão no projeto pedagógico da escola e com enfoque em sua continuidade ao longo do calendário acadêmico.	
3. Ser desenvolvido, de preferência, a partir de uma construção coletiva dos participantes no contexto escolar (professores, técnicos/especialistas, gestão, educandos, familiares).	
4. Direcionado a um tipo de população específica. Nesse sentido, é importante fazer um levantamento de dados entre os escolares, seus fatores de risco e proteção, para se ter clareza de quem deve ser abordado e que nível de prevenção se faz necessário neste projeto. No Caderno de Orientações para construção de projetos do Curso de Prevenção Educação a Distância (EAD) para educadores de escola pública (SEIDL; LEITE; SUDBRACK, 2014), há um instrumento, intitulado "Termômetro de risco e proteção", que pode ser utilizado para esta atividade.	
5. Dirigido a objetivos claros e metas bem delineadas, visando a comportamentos e situações que pretende atingir ou alterar. Por exemplo: diminuir em 20% o consumo de bebidas alcoólicas,	

retardar a idade de uso inicial, etc. Para definir estes objetivos e metas é importante cumprir o item 4, que ajuda a ter subsídios para conhecer as necessidades da população e o que é possível modificar ou construir com a ação preventiva.	
6. Planejado como processo, ou seja, com etapas e cronograma bem estabelecidos, contemplando começo, meio e fim.	
7. Incluir atividades dinâmicas e participativas, voltadas para a integração grupal e promotora do protagonismo dos adolescentes envolvidos.	
8. Incluir ou prever a participação de familiares e/ou da comunidade ao redor da escola.	
9. Sustentado em planificação e acompanhamento permanente das ações e metas. Para tanto, é importante ter bem delineados as etapas a serem cumpridas e seus objetivos. Com isso, definir dimensões quantitativas (Quantos estudantes participaram de cada ação? Quanto tempo durou a atividade? E assim por diante) e qualitativas (a atividade foi realizada como planejada? Como foi a satisfação de quem ministrou e dos participantes?).	
10. Avaliado em seu processo e resultados. Você pode criar instrumentos para acompanhamento como uma ficha para descrição das atividades realizadas. Também pode fazer questionários de satisfação de quem realizou as atividades e entrevistas para depoimentos sobre o processo e a percepção dos resultados. O ideal é utilizar instrumentos científicos para avaliar a efetividade das ações (realmente alcançar os desfechos previstos). Nesse caso, você pode procurar pesquisadores nas universidades da cidade onde você se encontra para auxiliar nesse processo de avaliação de resultados, que exige técnicas mais sofisticadas de epidemiologia e estatística.	

Você também pode seguir o passo a passo proposto para a construção de projetos de intervenções no Portal Aberta:

<<http://www.aberta.senad.gov.br/modulos/>

visualizar/como-construir-um-projeto-de-intervencao>.

Outros indicadores importantes a serem considerados para a elaboração de projetos preventivos:

- é importante estabelecer a presença de multiplicadores locais que: realizem a formação dos atores envolvidos; acompanhem o cotidiano do programa preventivo; ofereçam apoio ao professor em sua realização, estabeleçam o elo para sua continuidade;
- os programas de prevenção devem ser dirigidos para as substâncias relevantes para o contexto em foco, daí a necessidade da pesquisa prévia com a população-alvo;
- os programas de prevenção devem ser adequados ao grupo etário;
- programas voltados para a constituição de habilidades para a vida têm tido boa eficácia. Incluem a intervenção em: autogestão pessoal (solução de problemas, manejo de emoções, aquisição de metas e projeto de vida); habilidades sociais (comunicação, interações sociais, relacionamento entre sexos); habilidades e conhecimentos específicos (conhecimento crítico, pensamento criativo, vínculo cultural).

Uma vez desenhado o projeto preventivo da sua escola, busque discutir, com o Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola (NEPRE), formas para sua sustentabilidade e continuidade.

A seguir, serão descritas ações voltadas para a prevenção ao uso de drogas pautadas em nível de atenção e cuidado, conforme previstas na Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências nas Escolas.





5



ATENÇÃO NA ESCOLA: BUSCA DE SENTIDO E QUALIDADE DE VIDA



“As drogas me deram asas para voar. Depois, me tiraram o céu”

(John Lennon, 1940 – 1980).

A escola tem um papel decisivo quanto à atenção ao uso de drogas entre adolescentes. A aproximação de jovens com as drogas dá-se de forma considerável através de grupos. Os contatos sociais feitos dentro das escolas, muitas vezes, demarcam a presença de gangues e fazem dessa instituição uma das vias de acesso fácil de adolescentes às drogas (ABRAMOVAY, 2002).

Não raro, ao ter contato com drogas lícitas/ilícitas, adolescentes têm seu rendimento escolar diminuído, pois o centro de interesses passa a ser outro. Costumam ainda trocar o grupo de amizade ou isolarem-se. Muitas vezes, essas mudanças dão-se de forma gradativa, mas, de modo geral, acontecem de uma hora para outra. Elas podem, ainda, estar associadas a outros fatores, por isso há que se ter cuidado com a forma de abordar a questão, sem, no entanto, postergá-la.

Levantar informações mais precisas sobre o ou a adolescente (família, amigos, notas, esporte) é o primeiro passo a ser dado quando tais mudanças são percebidas. Num segundo momento, chamar o ou a adolescente para uma conversa e abordar o tema de maneira clara e direta, explicitando que suas alterações estão sendo percebidas e que a escola tem verdadeiro interesse em ajudar caso esteja vivenciando dificuldades, sejam elas de que ordens forem. Escutar com atenção o ou a adolescente e fazer perguntas diretas sem rodeios, inclusive sobre o uso de drogas, faz parte do processo.

Para além do atendimento individual, como já foi assinalado, este é um tema de abordagem contínua para todos os estudantes e deve ser reforçado

nas turmas com presença de usuários na perspectiva de alternativas para projetos de vida. Caso haja confirmação do uso de drogas, a família deve ser envolvida com providências pensadas em conjunto de acordo com o grau de comprometimento apurado. Não é incomum que a família reaja com desejo de punir, inclusive com castigos físicos³. Compete à escola explicitar, informar, esclarecer e ajudar a encontrar formas mais eficazes para ajudar esse ou essa adolescente a reverter seu uso e contato com as drogas. Além disso, buscar orientações em entidades que já tratam de adolescentes em risco e fazer o encaminhamento da família.

Compete aos Núcleos de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola (NEPRE)/Escola estudar essas formas de intervenção para melhor orientar as famílias. Ter um corpo de profissionais preparados para intervir no problema em questão, atender às solicitações no momento oportuno, estimular a criação de vínculos, acolher e escutar, privilegiar o diálogo, respeitar e fazer a comunicação com a família permite a atenção necessária para quando a educação e a prevenção não foram suficientes.

É sabido que a falta de conexão de adolescentes com projetos de vida que lhes atribuam um novo e bom sentido é fator estimulante para o uso e abuso de drogas. Então, ter propostas para que esta conexão ocorra é fundamental e sempre surtirá um efeito maior se a família estimular adolescentes em compromisso e parceria com a escola.

Reafirma-se o entendimento dado ao termo “atenção” na Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola.

Atenção expressa dois sentidos: um direcionado para prestar atenção que significa aplicação cuidadosa da mente a alguma coisa, isto é, concentrar-se em algo ou alguém. O outro é dar atenção em ato(s) ou palavra(s) que demonstra(m) consideração, delicadeza, cortesia, a, ou por alguém. Ambas são atitudes indispensáveis nos relacionamentos humanos, sobretudo, na relação que envolve professores e estudantes (BRASIL, 2010a, p. 30).

³A Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, conhecida como a Lei da Palmada ou Lei Bernardo, proíbe qualquer tipo de castigo físico em crianças e adolescentes.



Num mundo em que as pessoas buscam cada vez mais o sentido e o prazer de viver, muitas procuram nas religiões, nos esportes, nos jogos, na política, na família, no consumismo e também nas drogas o amparo de que necessitam. Nessa busca de prazer e satisfação, explicada pelo próprio sistema social, o excesso de consumo entra como uma forma de suprir as necessidades do indivíduo, sejam elas biológicas, estéticas, afetivas ou aquelas artificialmente criadas através de propagandas da mídia em geral. Para o ou a adolescente em especial, que quer se integrar ao grupo e sente a necessidade tão humana de aprovação, por simples curiosidade, ou para atender a essa necessidade de consumo, fazer uso de drogas lícitas ou ilícitas é uma das alternativas para não se sentir excluído ou excluída.

Como educadores, o que se propõe aqui como uma das alternativas é a abordagem educacional. Mas para ser atrativa a adolescentes, hoje conectados e vivendo num mundo globalizado, a escola deve ser atraente, também conectada com as transformações do mundo moderno. Uma escola que venha a responder aos anseios destes adolescentes, que os compreenda e os acolha nas suas especificidades.

É preciso que o ou a adolescente se reconheça na escola e que esta o ou a acolha na sua diversidade étnica, religiosa, de gênero, de classe. **A escola que acolhe, ouve, respeita, propõe, desafia e constrói parceria com as famílias pode se tornar um importante espaço/estratégia de combate ao uso de drogas.** É preciso lembrar o que ensina Le Breton (2009), que a percepção do perigo é produto de aprendizagem, que ao assimilar a educação recebida é que o adolescente aprende a mover-se melhor em sua vida pessoal e a forjar modos de defesa para os perigos que o rodeiam.

Investir no protagonismo de adolescentes, tendo presente que a orientação de pessoas adultas mais experientes é imprescindível, constitui-se em boa estratégia de promoção de saúde. Pelo protagonismo, sentem-se valorizados, ouvidos e reconhecidos. Neste contexto, estão inúmeras alternativas, tais como: torná-los valorizados pelo estudo, produzindo estratégias para que possam socializar as aprendizagens com quem sabe menos e propor, em troca, que o outro ensine algo que domine dos saberes escolares; propor monitoria em que estudantes adolescentes possam

acompanhar os professores em outras turmas de anos anteriores, por exemplo, auxiliando aqueles que têm mais dificuldades; produzir grupos, orientados por profissionais da escola, que possam se responsabilizar por estudantes mais jovens no acompanhamento de tarefas e organização dos materiais escolares e formas de estudar.

Incentivar os grupos de jovens, os grêmios estudantis, as bandas, os times esportivos, grupos de dança, teatro, capoeira, artes marciais, etc. são dinâmicas que colocam os adolescentes em interação, sentindo-se sujeitos de sua própria história. É preciso que sua vida tenha significado para ele ou ela e para outros, e que encontre acolhimento para as suas questões existenciais, em especial quando não for possível encontrar respostas imediatas. Que sua sexualidade e afetividade sejam compreendidas e respeitadas. Le Breton (2009) ensina que adolescentes se projetam no mundo com o corpo, assim, toda atividade física e estética também são alternativas importantes por colocar este corpo em questionamento, em movimento, produzindo autoestima e aportando novas e boas referências fora dos padrões impostos midiaticamente.

Os processos de produção de identidade exigem a possibilidade de se ver com projeto, com importância social. Muitas vezes essas possibilidades estão limitadas pela falta de alimento, saúde, vestimenta, moradia e afeto, situações que ultrapassam a escola em sua função, mas que podem por ela serem mobilizadas acionando os parceiros da rede de proteção social, como indicado no caderno de Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola.

A teoria das condutas de risco permite ver que o sim para as drogas provém, muitas vezes, de sofrimento em aceitarem-se frente a padrões que lhes são impossíveis, o que gera uma grave desconexão com o mundo. Através das drogas o adolescente tenta simbolizar um lugar no seio social. Como adultos é possível dimensionar o preço deste sim às drogas, mas adolescentes não conseguem alcançá-lo com realidade. Neste sentido, uma ação mais pragmática de lhe oferecer meios, caminhos, saídas é absolutamente necessária.

Assim, entende-se ser pertinente destacar algumas importantes abordagens no ambiente es-

colar. Ao se defrontar com uma situação de abuso de drogas, é importante oferecer acolhimento e dispor-se a buscar com o ou a adolescente o encaminhamento da situação, conforme orienta a Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola (SANTA

CATARINA, 2011) e a rede intersetorial de atendimento.

Dessa forma, as medidas a serem tomadas para que a ação ocorra de forma mais efetiva e educativa devem ser diretas e objetivas, considerando:

- ▼ a vivência do e da estudante em relação às drogas, sob a forma de escuta, a fim de contextualizar, aproximar e compreender suas experiências, aflições e dúvidas. A partir desse momento teremos subsídios para conduzir a conversa e os possíveis encaminhamentos, estabelecendo, através do diálogo, uma relação de confiança entre estudante e profissional da educação;
- ▼ lembrar que duas características importantes da adolescência são o imediatismo e o reconhecimento apenas no que é belo, por isso materiais com fotos (ainda que reais) de pessoas esqueléticas, sujas, desdentadas constituem-se numa pedagogia do medo que pouco efeito surte, pois o adolescente voltar-se-á para as imagens de seus ídolos do esporte, da TV, da música (que muitas vezes usam drogas) e aparentam o que eles consideram belo e bom;
- ▼ posturas “apavoradas” ou punitivas irão dificultar o relacionamento, provocando reações de oposição, rebeldia ou agressividade que dificultam um diálogo educativo;
- ▼ o uso de drogas e o ingresso em processos criminalizantes. Questionar adolescentes se estão dispostos a cruzar essa linha, mostrar quais as consequências e como elas se associam à origem de cada um dos que se envolvem;
- ▼ abordar a necessidade do uso e as questões econômicas que impelem muitos para a venda e os coloca em outro patamar criminalizante, considerando a sociedade brasileira que permite a venda e o consumo de determinadas drogas e proíbe a de outras;
- ▼ explicitar que a opção pelo uso de drogas leva-os a um círculo do abandono de determinados grupos. Como então lidar com esta exclusão, bem como o ingresso a outros grupos? (Em qual círculo te filias?);
- ▼ mostrar como as drogas parecem permitir conexão com uma realidade mais leve, mas, ao contrário, esta é uma falsa sensação, ou uma sensação fugaz; já suas consequências, escravizam-nos e desconectam-nos de muitos mundos que dificilmente farão sentido passada a adolescência;
- ▼ lembrar que adolescentes que revelam um consumo experimental e recreativo precisam receber orientação para que reflitam sobre as consequências desse comportamento e procurem reduzir os riscos e danos a ele associados;
- ▼ a experiência de consumo de uma droga pode levar ao desejo de repeti-la com alguma periodicidade ou de forma esporádica. Essas situações não são isentas de riscos e isso precisa ser entendido.



No quadro a seguir, é descrito um atendimento realizado pelo Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola

(NEPRE) envolvendo a questão do uso de drogas, para elucidar procedimentos possíveis de escuta e acolhimento.

RELATO DE ATENDIMENTO 1 NO NEPRE/ESCOLA

Em nossa escola, de acordo com a Política do NEPRE, temos um espaço de referência onde conseguimos ouvir e considerar as falas sobre violências. Para desenvolver esta intervenção pedagógica, preparamo-nos com muito estudo, cursos, leituras e debates, uma vez que os saberes científicos são necessários para o enfrentamento às violências nos espaços escolares.

Este enfrentamento inicia-se sempre com o diálogo, geralmente alguém da rede interna da escola, professor, coordenação, departamento pedagógico, direção, entre outros servidores, traz o fato até o NEPRE/Escola.

No NEPRE realizamos escutas, que podem ser conjuntas (com algum parceiro da rede interna) ou individuais. As escutas dão-se com os sujeitos envolvidos, adolescentes, familiares, entre outros. Este acolhimento através da escuta é uma ação que expressa consideração e respeito aos envolvidos, pois o intuito é que eles se sintam apoiados e amparados pela escola. A escuta deve ser

sempre registrada em um formulário, ela possibilita identificar qual será nossa ação pedagógica com a rede interna, muitas vezes obtendo a resolução do fato na escola. Em outras situações, quando se verifica a existência de alguma violação de direitos, ou ocorrências relacionadas à saúde, acionamos a rede externa.

É importante destacar que cada caso é um caso, e que tanto a dinâmica de acolhimento com ações de escuta quanto articulação com as redes internas e externas são diferentes para as diferentes situações. No entanto, cada caso traz aspectos que são do universo ou contexto onde está inserido. Por isso mesmo, o estudo de caso ajuda a pensar em situações que podem ocorrer nos mais diversos contextos escolares e atende ao preconizado na Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola (SANTA CATARINA, 2011). Por isso elegemos um caso para trocar experiências neste caderno.

1ª ESCUTA: COM ALUNA L.

A aluna L. (12 anos) foi encaminhada pela direção para o NEPRE/Escola com suspeita de ter trazido droga para dentro do ambiente escolar, onde mais profissionais tiveram a mesma suspeita. Foi realizada uma escuta individual com a aluna. L. (12 anos), que relatou fazer uso de drogas nos finais de semana e confirmou a suspeita, trouxe “bala”, *ecstasy*, para uma colega que havia pedido. Esta colega faltou no dia e L. (12 anos) acabou por dar a outra colega, E. (13 anos), que lhe pediu. E. (13 anos) fez o uso da droga dentro do ambiente escolar, e voltou para casa com os sentidos alterados. A mãe questionou E. (13 anos) e a filha falou que tinha adquirido e feito uso da droga na escola, revelando que conseguiu a substância com L. (12 anos). A

mãe de E. (13 anos) procurou a direção da escola relatando o caso.

Na escuta com L. (12 anos) foi esclarecido que a “bala” é uma droga ilícita, que trazer droga para a escola se trata de um ato infracional, pois ela já tem 12 anos de idade. Que seus responsáveis serão chamados para uma conversa. Além disso, o NEPRE explicitou para a aluna alguns fatores de risco, como uma possível exposição perante a polícia, caso houvesse uma denúncia no dia que trouxe a droga e as consequências deste ato, tanto pela infração, quanto às questões de saúde. Já como fatores protetivos, destacamos as suas responsabilidades enquanto estudante, normas e regras da escola e o quanto este jogo de mentiras e omissões pode ser

perigoso.

Focamos também num diálogo em que a estudante pudesse perceber que tipo de situações a levam para o uso de drogas, o que a angustia, quais seus desejos, dúvidas, inquietações. Qual o contexto em que se dá o contato com estas drogas, que perspectivas poderíamos pensar juntos num projeto de curto, médio e longo prazos para que alternativas possam se evidenciar e a levem a reconhecer opções fora do uso de drogas. Combinamos um processo de orientação com acompanhamento sistemático.

Tentando justificar para que seus pais não fossem chamados, L. (12 anos) relatou também alguns fatos ocorridos anteriormente en-

volvendo o Conselho Tutelar e a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente por ter fugido de casa, além de alguns eventos de violência doméstica. Explicamos a responsabilidade e dever da escola enquanto instituição, que não podemos negligenciar um fato tão sério perante a família, por tratar-se de uma droga ilícita, mas ofertamos a ela acompanhamento para que o desdobramento não a levasse a sofrer violências.

Orientamos a aluna a se dedicar aos estudos e vir para a escola buscar conhecimentos e não se envolver em situações em que ela poderia se arrepender, uma vez que todos os atos e escolhas que fazemos têm consequências.

2ª ESCUTA: COM ALUNA E.

A aluna E. (13 anos) veio para a Escuta do NEPRE encaminhada pela Direção devido à situação de consumo de droga dentro da escola. E. (13 anos) confirma que usou a “bala”, *ecstasy*, que adquiriu com L. (12 anos) no final da aula. Conversamos com a aluna a respeito das drogas lícitas e ilícitas e suas consequências.

E. (13 anos) trouxe algumas situações de desavenças familiares que a fragilizavam. Percebemos isso como um fator de risco e a necessidade de conversarmos com a mãe. Levantou-se a possibilidade de um encaminhamento psicológico, uma vez que E. (13 anos) demonstrou estar angustiada no que diz respeito a sua relação com o pai e por toda complexidade da dinâmica familiar na qual está inserida. Focamos também num diálogo

em que a estudante pudesse perceber que tipos de situações a levam para o uso de drogas, o que a angustia, quais seus desejos, dúvidas, inquietações. Qual o contexto em que se dá o contato com estas drogas, que perspectivas poderíamos pensar juntos num projeto de curto, médio e longo prazos para que alternativas possam se evidenciar e a levem a reconhecer opções fora do uso de drogas. Combinamos um processo de orientação com acompanhamento sistemático. Ofertamos a ela acompanhamento para que o desdobramento não a levasse a sofrer violências. Orientamos a aluna a se dedicar aos estudos e vir para a escola buscar conhecimentos e não se envolver em situações em que ela poderia se arrepender, uma vez que todos os atos e escolhas que fazemos têm consequências.

3ª ESCUTA: COM A MÃE DE E.

A mãe de E. (13 anos), dona M., veio para uma escuta no NEPRE/Escola após o atendimento a sua filha. Dona M. tem ciência do fato ocorrido e já conversou com a filha. Relatou a dinâmica familiar informando que os dois filhos são adotados por ela e não pelo companheiro, o que foi importante para entendermos o comportamento da filha. O grupo do NEPRE orientou sobre a importância de E. (13 anos)

ser acompanhada por um tratamento psicológico, o que a mãe concordou e já providenciou as consultas para os dois filhos. Conversamos sobre os fatores de risco e de proteção enquanto escola. A mãe interessou-se pelas atividades de contraturno que a escola oferta, e explicamos que se trata de uma ação protetiva a inserção da aluna nestas atividades nesse momento e contexto que E. (13 anos) está vivenciando.



4ª ESCUTA: COM MÃE DE L.

Chamamos a mãe de L. (12 anos), dona S. Na escuta com dona S., falamos a respeito da droga *ecstasy* que L. (12 anos) trouxe para a escola. Relatamos que uma colega de sala consumiu a droga dentro da escola, e em casa ficou com os sentidos alterados. Que a mãe da colega esteve na escola conversando com a direção e o NEPRE. Foi explicado para a mãe, durante a conversa, alguns fatores de risco e fatores de proteção com relação à filha estar portando uma droga ilícita, *ecstasy*, e envolvendo outra família. O grupo do NEPRE orientou a mãe de L. (12 anos) para que conversasse com a filha sobre as responsabilidades e consequências dos seus atos e escolhas.

Destacamos as questões legais do Estatuto da Criança e do Adolescente. Fizemos uma consulta à rede externa, Conselho Tutelar, uma vez que L. (12 anos) havia trazido alguns relatos com relação à violência doméstica e neste sentido a escola deve proteger a estudante.

A mãe, bastante fragilizada, e no momento grávida, relatou algumas situações vividas pela adolescente (fuga de casa, violência doméstica

e uso de drogas ilícitas), confirmando alguns atos de violência doméstica cometidos pelo pai. Buscamos orientar a mãe para que conversasse bastante com a filha, uma vez que percebemos a necessidade de atenção pela situação de vulnerabilidade familiar e que buscasse ajuda designando órgãos de esclarecimento e proteção às mulheres que convivem com homens violentos. A conversa foi realizada com muita delicadeza e sensibilidade devido à condição gestante da mãe.

Estamos realizando um trabalho preventivo, de Protagonismo Juvenil envolvendo os alunos de terceiros anos. O grupo realiza oficinas sobre ética na internet, drogas e sexualidade para os seus pares e iniciou esta ação nesta turma onde L. (12 anos) e E. (13 anos) estudam. Nesta turma também foram identificadas outras temáticas como a prática de enviar “nudes”, *cyberbullying*, entre outras violências. Este projeto, “Prevenção e Protagonismo Juvenil”, está sendo replicado em outras turmas, uma vez que o intuito é prevenir, ou seja, agir antes que aconteça com outros estudantes.

RELATO DE ATENDIMENTO 2 NO NEPRE/GERED

Professor e estudante (15 anos) que frequenta o sexto ano do Ensino Fundamental entram em briga corporal antecedida por ofensas verbais de ambas as partes. Em sua defesa, o professor alega que o estudante é indisciplinado e faz uso de drogas.

A escuta do NEPRE/GERED deu-se com a direção da escola e com o professor (o estudante não foi ouvido pelo NEPRE/GERED) em conjunto com a leitura do relatório NEPRE/Escola, permitindo compreender que:

- ▮ trata-se de estudante com defasagem série/idade;
- ▮ que o estudante é assíduo, mas que parece ir mais para socializar-se com outros estudantes do que para aprender;
- ▮ que é repetente por duas vezes na escola;
- ▮ o estudante costuma apresentar indisciplina em determinadas aulas;
- ▮ o estudante tem um desempenho em Matemática que lhe permitiria estar em série avançada;
- ▮ o estudante cria e vende porquinhos, o que lhe assegura uma pequena renda financeira;

- ▼ há, por parte dos profissionais da escola, desconfiança de que o estudante fume maconha inclusive no banheiro da escola com certa frequência;
- ▼ o estudante envolve-se em brigas com outros estudantes, que costumam ofendê-lo;
- ▼ o professor o ofendeu-o gravemente;
- ▼ o professor atua em duas escolas distantes com deslocamento de 40 km e 60 km, respectivamente, para poder chegar ao local de trabalho, o que lhe traz um certo quadro de *stress*;
- ▼ que o professor registrou Boletim de Ocorrência em delegacia pela agressão sofrida;
- ▼ que a escola não desenvolveu nenhum tipo de ação pedagógica com os estudantes para prevenir o uso de drogas;
- ▼ que em função do uso de maconha e episódios de violência envolvendo SR, solicitou, através do Conselho Tutelar, o agendamento pelo posto de saúde de atendimento psicológico ao aluno;
- ▼ que o professor está temeroso de retornar à escola e quer se desligar.

O NEPRE/GERED fez inúmeros encaminhamentos:

A Supervisão à qual o NEPRE está vinculado, na mesma data, procurou o RH para que a assessorasse nos encaminhamentos relativos ao professor, sendo permitido o seu desligamento da Escola XY, mantendo-se o seu vínculo com a Escola XX, devendo ele ficar atento às datas para solicitar ampliação de carga horária.

Tal solução não isenta o professor de vir a responder pelo episódio que o envolveu na Escola XY, depois de apuradas as devidas responsabilidades.

Por outro lado, a Escola XY poderá, com o afastamento do professor, centrar seus esforços em auxiliar o aluno envolvido na situação de violência a ter sucesso no presente ano letivo, visto ser este é repetente pela segunda vez na mesma série.

Foi sugerido ainda que o professor procurasse o médico do trabalho para apresentar sua situação.

Quanto à reclassificação, foi ponderado pelos técnicos do NEPRE que o papel da escola é proporcionar o sucesso do aluno a qualquer tempo, todavia, como instrumento pedagógico, deveria esta estar vinculada ao

domínio de determinadas habilidades para sua inserção nas séries subsequentes. Que sem essas habilidades comprovadas através de avaliação pedagógica, a ser realizada por banca, na unidade escolar, não haveria condições de reclassificação. Que o fato de ele ter 15 anos e estar cursando o 6º ano não seria o suficiente para promovê-lo. Por outro lado, um importante fator de indisciplina deve-se ao deslocamento do estudante dos seus pares e da vergonha à qual fica submetido em turmas de estudantes mais novos, o que deve ser considerado para uma possível ação de correção de fluxo com aprendizagem.

A equipe do NEPRE recomendou à Diretora, que, em função de situações de violência envolvendo aluno-aluno, professor-aluno, aluno-professor, a escola promova atividades pedagógicas que permitam a reflexão sobre a necessidade de convívio respeitoso entre as pessoas, principalmente no ambiente escolar. Que, sobretudo, oriente os alunos sobre a necessidade de fazerem boas escolhas no presente, optando por atitudes prazerosas saudáveis, que não intoxiquem o organismo ou causem dependências danosas, para que eles tenham futuro promissor.





6

O CUIDADO DE SI E DO OUTRO COMO PRINCÍPIO DE CONVIVÊNCIA



**"Escola é...
O lugar onde se faz amigos
Não se trata só de prédios, salas, quadros,
Programas, horários, conceitos...
Escola é, sobretudo, gente,
Gente que trabalha, que estuda,
Que se alegra, se conhece, se estima"**

(Paulo Freire)

Paulo Freire convida a pensar a escola além dos muros, das salas, dos quadros, dos programas, dos horários, dos conceitos e do currículo. Para o educador, a escola não é apenas uma instituição que a humanidade elegeu para socializar o saber sistematizado. Tampouco é só um espaço físico, um lugar para estudar, é, sobretudo, um espaço de gente, de conhecer outras pessoas, de fazer novas amizades, criar laços de amizades e também

de aprender com elas.

Sendo um lugar de pessoas e de relações, apresenta-se como um lugar de representações sociais, contribuindo tanto para a manutenção quanto para a transformação social (FREIRE, 1996).

A assertiva apresentada no Caderno Pedagógico "Reflexões para implementação da Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola" reforça a visão transformadora da escola:

Como espaço de reflexão e compartilhamento de saberes e experiências, prolongamento cultural da comunidade, possibilita formação, humanização e cidadania, explicitando as contradições e os antagonismos, mas também é espaço promissor para articular interesses sociais mais justos, democráticos e solidários (SANTA CATARINA, 2015b, p. 11).

Com um papel essencialmente crítico e criativo, a escola "desponta como local privilegiado para se lidar com as diferentes formas de violência e constituir culturas alternativas pela paz, adotando-se estratégias e princípios de uma escola que acolhe e protege" (SANTA CATARINA, 2015b, p. 11).

Contudo, de que modo a escola pode lidar com as diferentes formas de violência e constituir culturas alternativas pela paz, vivendo num contexto em que cada vez mais se estimula a

competitividade entre estudantes? Quais seriam as estratégias e princípios de uma escola que acolhe e protege numa cultura em que os valores se diluem como a água que escorre das nossas mãos?

Uma das possibilidades para resolver essas questões é pensar em uma educação que tenha como perspectiva o reconhecimento e a aceitação do "outro como legítimo outro", que cuida de si cuidando do outro também, num processo de gerir pessoas através da liderança ética e servidora.

[...] uma escola que protege os sujeitos que dão sentido à sua existência como instituição social e que tem ações orientadas pela Gestão do cuidado, especialmente na educação de crianças e adolescentes, em convivência entre si e com adultos. Em uma escola que está disposta a criar espaços para partilhar uma nova cotidianidade feita de mudanças, de persistência esperançosa, de confiança na nossa obstinação por um mundo de paz (SOUZA; MIGUEL; LIMA, 2010, p. 5).

Sabe-se que a noção de cuidado é antiga. Diversos filósofos ao longo do tempo promoveram debates acerca do cuidado. A compreensão do cuidado acompanha a evolução dos tempos,

convive com as mais variadas formas de sociedade e está no interior das discussões nos diferentes contextos coletivos.

A noção de cuidado de si aparece com Sócrates



tes. Tanto para ele quanto para Platão o cuidado de si perpassa o cuidado com o outro. Com o decorrer dos séculos, a ideia do cuidado de si sofreu diversas alterações. Mas foi com a moralidade cristã que ocorre o desligamento de si em busca de uma ascensão espiritual, transformando a subjetividade (ROBERS; PICCIN; SILVA, 2014).

Para Foucault (2002), não há cuidado de si que não se relacione a um agir eticamente, ultrapassa a contemporaneidade individualizante e normativa. Para o filósofo, o cuidado de si refere-se a uma concepção de sujeito livre que, em situação de autodomínio, torna-se capaz de se integrar ao tecido social, colaborando para potencializar relações cujo padrão ético sugere cuidado não só de si, mas que vai ao encontro do cuidado com o outro. Quem cuida de modo adequado de si mesmo encontra-se em condições de relacionar-se, de conduzir-se adequadamente na relação com os demais. Desta forma, o cuidado de si desempenha um papel importante no contato com o outro, para que se saiba como se relacionar de maneira adequada com esse outro (FOUCAULT, 2002).

O cuidado de si passa a ser compreendido como uma noção ética que permite pensar uma estética da existência. Essa compreensão de ética é uma tentativa de pensar a formação da subjetividade a partir do cuidado de si próprio entendido como preocupação por constituir a própria subjetividade. Assim, o cuidado de si só é possível por meio de práticas positivas, as quais não só abrem a possibilidade de um caminho singular capaz de conduzir a ação de um indivíduo como também produzem mudanças nesse indivíduo.

Boff (1999) sinalizava que o cuidado é mais do que um ato singular ou uma virtude ao lado das outras. É um modo de ser, isto é, a forma como a pessoa humana se estrutura e se realiza no mundo com os outros. Melhor ainda: é um modo de *ser-no-mundo* que funda as relações que se estabelecem com todas as coisas.

Pensando nessa perspectiva, Sousa, Miguel e Lima reforçam a necessidade de constituir práticas educativas inovadoras que considerem a “disposição ético-estética-afetiva da convivência que reconhece o outro como possibilidade, so-

bretudo, o que ele me diz” (2010, p. 13).

Para materializar práticas educativas inovadoras que contemplem a disposição ético-estética-afetiva da convivência que reconhece o outro como possibilidade e o que ele diz, educadores e educadoras precisam entender que o “complexo processo de ensino e aprendizagem exige a produção de bons vínculos entre os professores e estudantes” (SANTA CATARINA, 2015b, p. 10).

Assim, é fundamental que a escola ultrapasse o paradigma tradicional e repense a relação verticalizada entre professor e estudantes, a reprodução autoritária das normas, valores e práticas, as relações de disputas e competitividade; que comece a abrir canais de diálogo com os estudantes, tornando-se efetivamente um espaço de relações de afetos e trocas entre os seres humanos, viabilizando: uma educação cidadã, educação que viabilize a formação do ser humano com base em valores essenciais à cidadania, como a democracia, a igualdade, o respeito aos direitos humanos, o reconhecimento das diferenças e o respeito à diversidade humana. Estabelecer respeito mútuo, usando autoridade com respeito (SANTA CATARINA, 2015b, p. 10).

Na medida em que a gestão assume o cuidado como princípio, a acolhida do outro passa a ser um valor inegociável. Este tipo de gestão ensina que, quando se lida com cenários onde as violências estão presentes, é necessário “ir além do ato de nomear, de categorizar ou classificar suas manifestações” (SOUSA; MIGUEL; LIMA, 2010). A prática do cuidado complexifica os modos de entendimento dessas manifestações e procura contextualizá-las nas redes de relações em que estas são produzidas, uma vez que toda relação é educativa quando degrada ou promove a humanidade do outro.

A escola é, por excelência, o lugar onde a educação ganha vida. Deste modo, ela se caracteriza como o lugar do cuidado, razão que justifica pensá-la no âmbito de uma gestão em que as relações se pautam pela disposição ético-estética-afetiva.⁴

Para Sousa, Miguel e Lima (2010, p. 15-17), o cuidado, quando entendido como pressuposto da gestão, é orientado pelos seguintes aspectos epistemológicos:

⁴A palavra “afecto”, com o “c” em destaque carrega o sentido deleuziano de que nas relações o indivíduo “afecta” o outro na mesma medida em que é por ele “afectado”, isto é, atravessado pelo que ele produz em cada um.

- a. **A prioridade absoluta da vida:** precisamos reconhecer e prestigiar a vida como uma rede interdependente, com a qual estamos conectados pela multiplicidade do viver, com a qual nos vinculamos por uma **abrangência relacional** (SOUSA, 2002). É nessa rede que nos coletivizamos permanentemente e vivenciamos o processo de nossa singularização. Isso pressupõe uma convivência fraterna e cotidiana com o outro e o seu reconhecimento sem condicionalidades.
- b. **O amor é a essência das relações:** entendemos o amor como uma emoção que constitui um domínio de ações, nas quais o outro é constituído como legítimo outro na convivência. Afirmamos que é essa disposição afetiva que dá sentido à Gestão do Cuidado, já que **o amor é a emoção que funda o social** (MATURANA, 2001).
- c. **Corpo e espírito como unidade indissociável:** pressupomos a existência da unidade entre corpo e espírito, já que a Gestão do Cuidado não opera sobre uma lógica disjuntiva, e sim pela conectividade. Operamos a partir de um olhar sistêmico, no qual as partes compõem o todo, que só pode ser compreendido a partir das partes.
- d. **Ensinar pela vivência:** acreditamos que é pela vivência, que antecede a consciência, e na com-vivência com o outro que aprendemos e tecemos nossos saberes. Junto-com o outro nos tornamos sujeitos de conhecimento e nos tornamos o que somos, sempre na presença.
- e. **A recusa por toda forma de sofrimento:** a guerra da verdade; o belicismo da comunicação verbal; a necessidade interna de convencer e de ser aprovado(a) não interessam nesse paradigma. Sabemos que há muitas formas pelas quais as violências são criadas e se manifestam. Na convivência com o outro, produzimos e reproduzimos relações violentas, causamos e sofremos dores, suturas, que, por vezes, nos induzem a intensos sofrimentos. O cuidado, nessa perspectiva, tem **sentido de cura**, de nutrição afetiva para evitar os enredos geradores de processos violentos.
- f. **Criar contextos de intercomunicação:** como sujeitos relacionais, nossa socialização acontece também através dos saberes que aprendemos e que ensinamos, de nossos entendimentos e explicações acerca do mundo, de nossos gestos, sejam eles sensíveis ou agressivos. Coletivamente criamos contextos em que podemos **sentir-junto-com**, e aí inauguramos distintas formas de comunicação que priorizam a vida em redes, por conexões, com dados múltiplos com os quais manifestamos nossas linguagens.
- g. **A convivência como sustentáculo da gestão:** as relações humanas ocorrem sempre a partir de uma base emocional que define o âmbito da convivência (MATURANA, 2001). Por isso, a convivência entre as pessoas requer o estabelecimento de uma gestão que assinale espaços possíveis de permissão aos desejos, às diferenças, às necessidades. Espaços saudáveis de liberdade de expressão para fomentar as ações coletivas.
- h. **Aperfeiçoar nosso processo de humanização:** experimentar a autoaceitação e o autorrespeito, para vivenciar o autoamor, com ética e zelo por si e pelo outro. Nessa peculiaridade, conservar os sonhos e lutar por realizá-los, preservar a honestidade consigo e com os outros para se expressar em atitudes de amor.
- i. Buscar a sabedoria: sem ela “[...] dormimos nos braços da ignorância, que nos mantém prisioneiros da dor.” (MAFFESOLI, 1999).



Educadores e educadoras precisam, urgentemente, construir estratégias que promovam relações de segurança, confiança e respeito à individualidade de cada estudante, constituindo-se um espaço de liberdade de expressão emocional, física e criativa.

A escola precisa transcender o velho para-

digma conservador, não pode ser um espaço de disputas e competitividade, precisa se tornar um espaço de relações de afetos e trocas entre os seres humanos, fortalecendo a “Gestão do cuidado com a vida” (SOUSA; MIGUEL; LIMA, 2010, p. 13).

Portanto,

posturas excludentes, autoritárias, preconceituosas, punitivas ou moralistas são atitudes que provocam reações negativas e dificultam o relacionamento e o diálogo educativo. As relações afetivas que se estabelecem na escola, entre professor e estudante, entre profissionais da educação e estudantes, contribuem para atitudes de respeito, confiança e convivência ética (SANTA CATARINA, 2015b, p. 13).

Algumas orientações apresentadas a seguir podem ajudar a escola a conduzir melhor as

ações de intervenção para o ou a estudante que apresenta problemas com drogas:

- ▼ Coloque claramente sua preocupação com o comportamento dele (a), de modo calmo, dando exemplos bem concretos e específicos de episódios que você observou;
- ▼ Evite fazer julgamentos, sermões; isso só vai colocar o estudante na defensiva e aumentar a culpa;
- ▼ Enfatize que a situação em que ele se encontra só pode mudar, se ele assumir a responsabilidade de mudá-la; cabe a ele a decisão final, embora possa haver ajuda dos outros;
- ▼ Ofereça opções de comportamentos alternativos e convide-o a refletir; não exija que ele se comprometa com nada de imediato, a não ser o de refletir sobre o que você falou;
- ▼ Enfatize que ele (a) é capaz de mudar, que, embora possa parecer difícil, é possível. Começar com pequenos passos pode ser a melhor maneira de conseguir mais (BRASIL, 2010b, p. 30).

Toda sociedade deve assumir o compromisso ético de cuidar de suas crianças e adolescentes e, portanto, deve empenhar-se em diminuir a probabilidade do(a) adolescente e/ou jovem envolver-se com as drogas em um contexto de promoção de saúde, zelando pelo desenvolvimento integral dos jovens. A escola, por sua vez, precisa engajar-se nessa tarefa. Mas como tornar-se um espaço de proteção e cuidado?

Os fatores de proteção (situações que reduzem os fatores de vulnerabilidade e comportamentos de risco) e risco (situações que aumentam a probabilidade de adolescentes assumirem comportamentos de risco), como visto anteriormente, estão na própria pessoa, na sua família, nos seus amigos, na escola, no trabalho, na co-

munidade em que vive e na sociedade em geral. Lembrando que os fatores de proteção e risco também são subjetivos, não se aplicando da mesma forma em todos os sujeitos.

Nesse sentido, Sudbrack e Dalbosco (2005) apresentam os fatores de proteção como as relações de respeito mútuo, compromisso e cooperação entre os agentes educativos, relações amistosas e de cooperação entre família e escola, promoção de práticas escolares criativas e estimulantes, fortalecendo os vínculos entre estudantes, escolas, pais e a comunidade, relações baseadas no respeito, confiança e solidariedade. Como fatores de risco dentro do domínio escolar, podem-se citar: falta de diálogo, relações desrespeitosas e preconceituosas, ausência de rela-

ção entre escola e família, tolerância e permissão de drogas no ambiente escolar.

Apresenta fatores de proteção a escola que evidencia regras claras e consistentes, com exemplificação de adultos. Da mesma forma, é importante a participação de estudantes em decisões de questões escolares, com a inerente

aquisição de responsabilidades e conscientização das consequências de suas escolhas.

Essas ações podem ajudar a conscientizar e evitar que se envolvam com o uso de drogas. Para isso, as escolas devem enfatizar a redução dos fatores de risco e ampliar os fatores de proteção.





7



CONSIDERAÇÕES



A abordagem da temática “drogas” não é tarefa fácil, inclusive no ambiente escolar. Porém, sua discussão não pode ficar ausente do currículo se se pretende fazer uma educação para este tempo histórico.

É importante destacar que a complexidade do problema vai muito além do consumo por adolescentes. Envolve questões políticas e sociais, e, diante desse contexto, o discurso do medo mostra-se ineficiente. Desta forma, um diálogo direto, crítico, despidido de preconceitos indica uma prevenção e abordagem do tema mais pertinente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como marco legal de proteção integral com prioridade absoluta, auxilia na desconstrução de estereótipos relacionados à adolescência, entendendo como pessoa em desen-

volvimento. Destaca também que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração ou violência, assegurando ações que visam a proteger e cuidar desses sujeitos, inclusive em relação às drogas de forma ética, dialética e permanente.

Foram delineados, aqui, alguns norteadores para que a escola construa projetos de prevenção ao uso de drogas baseados em alguns indicadores importantes de qualidade.

Porém, além dos aspectos elencados no caderno, é importante que a escola fortaleça os direitos humanos, pense em novos modos de romper com os ciclos de violências, construindo mecanismos mais eficazes de enfrentamento ao uso e abuso de drogas, fortalecendo os fatores de proteção junto à família e à comunidade, projetando o futuro e valorizando a vida.



REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO Brasil. Rede Pitágoras, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1973.
- BARBOSA, Altemir J. G.; PEREIRA, Carlos Eduardo; OLIVEIRA, Juliana C. Prevenção escolar ao uso de drogas por adolescentes: intervenções que funcionam. In: RONZANI, Telmo M; SILVEIRA, Pollyana S. **Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no contexto escolar**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014. p. 49-70.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BECOA, Elisardo Iglesias. **Bases teóricas que sustentan los programas de prevención de drogas**. Madrid: Ministerio del Interior. Delegación del Gobierno para el Plan Nacional sobre Drogas, 1999.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 26-46, abr. 2004.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**/Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.
- _____. Secretaria Nacional Antidrogas. **Relatório Preliminar do I Fórum Nacional Antidrogas**. Realizado em Brasília (DF), novembro de 1998.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013a. 562p.
- _____. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Drogas: cartilha para educadores** / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; conteúdo e texto original: Beatriz H. Carlini. 2. ed. 5. reimpr. Brasília: Ministério da Justiça, 2013b. (Série Por dentro do assunto)
- _____. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Política Nacional sobre Drogas**. Brasília: Presidência da República, 2010a.
- _____. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Drogas: cartilha para educadores**. 2. ed. Brasília: Presidência da República/Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010b.
- _____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 16 de julho de 1990**, p. 13563.
- _____. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas** / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Ministério da Educação. 6. ed., atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. 272 p.
- CANOLETTI, Bianca; SOARES, Cássia Baldini. Programas de prevenção ao consumo de drogas no Brasil: uma análise da produção científica de 1991 a 2001. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v. 9, n. 16, p. 115-129, 2005.
- CARNEIRO, Henrique. Transformações do significado da palavra "droga": das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: CARNEIRO, Henrique. VENANCIO, Renato Pinto. **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUCMinas, 2005. p. 11-28.
- CENPRE. Centro Regional de Estudos, Prevenção e Recuperação de Dependentes Químicos. **Glossário de drogas**. FURG, 1996. Disponível em: <<http://www.cenpre.furg.br/glossario.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

CRIVES, Miranice Nunes dos Santos; DIMENSTEIN, Magda. Sentidos produzidos acerca do consumo de substâncias psicoativas por usuários de um Programa Público. **Saúde e Sociedade**, v. 12, p. 19-25, 2003.

DELMANTO, Julio. **Camaradas caretas**: drogas e esquerda no Brasil após 1961. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-29052013102255/pt-br.php>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

FEIJÓ, Ricardo Becker; OLIVEIRA, Ércio Amaro de. Comportamento de risco na adolescência. **Jornal de Pediatria**, v. 77, supl. 2, p. 125-134, 2001.

IORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos estudos**. CEBRAP. São Paulo, n. 92, p. 9-21, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000100002>. Acesso em: 08 ago. 2016.

FONSECA, Marília Saldanha da. Como prevenir o abuso de drogas nas escolas? **Psicol. Esc. Educ.** (Impr.), Campinas, v.10, n. 2, dez. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572006000200018>>. Acesso em: set. 2016.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

FRANCO, Gisele R.; RODRIGUES, Marisa C. Ensino de habilidades de vida: uma estratégia de prevenção e promoção da saúde na adolescência. In: RONZANI, Telmo M.; SILVERIA, Pollyana S. **Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no contexto escolar**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014. 160 p. p. 71-90.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

_____. **Pedagogia do oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GORAYEB, Ricardo. O ensino de habilidades de vida em escolas no Brasil. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 3, n. 2, p. 213-217, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde do escolar**. 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 132 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2015/>>. Acesso em: set. 2016.

INABA, S. Barryl; COHEN, William E. **Drogas**: estimulantes, depressores, alucinógenos, efeitos físicos e mentais das drogas psicoativas. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

LAIKOVSKI, Giana Carla. **O uso de drogas e o proibicionismo**. In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE PÚBLICAS PÚBLICAS, São Luís/MA, 2015. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/o-uso-de-drogas-e-o-proibicionismo.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

LE BRETON, David. **Condutas de risco**: dos jogos de morte ao jogo de viver. Campinas: Autores Associados, 2009.

_____. **Compreender a dor**. Portugal: Estrelapolar, 2007.

MARGULIS, Mario. Introdução. In: MARGULIS, M (Org.). **La Juventud es más que una palabra**. 1. ed. Buenos Aires: Biblos, 1996. p. 9-11.

MARLATT, Beatriz Carlini. Estratégias Preventivas nas Escolas. In: SEIBEL, Sergio Dario; TOSCANO, Alfredo. **Dependência de Drogas**. São Paulo: Atheneu, 2000. p. 191-197.

MARTINS, Karina de Souza. **Associação entre estilos parentais e consumo de drogas em adolescentes**. 2016. 150f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MARTINS, Karina de Souza; SCHNEIDER, Daniela R. Estilos parentais percebidos e o consumo de álcool entre adolescentes: revisão sistemática de estudos empíricos. **Adolescência & Saúde**, v. 13, p. 89-97, 2016.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MEDEIROS, Amanda Marina Andrade et al. **Docência na educação**. Brasília: UnB, 2014.



OSÓRIO, Luiz Carlos. **Adolescente hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

PEREIRA, Elcimar Dias; PINTO, Joana Plaza. **Adolescência: como se faz?** – apontamentos sobre discursos, corpos e processos educativos. **Fazendo Gênero**, Goiânia: Grupo Transas do Corpo, ano VII, n.17, jul./out. 2003.

PINSKY, Ilana; BESSA, Marco Antonio. (Org.). **Adolescência e drogas**. 3. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2012.

ROBERS, Danusa Simon; PICCIN, Gabriela Freire Oliveira; SILVA, Giovana Barbosa. Por uma vida bonita: o reconhecimento do outro como legítimo outro, a liderança ética e servidora e o cuidado de si - reflexões acerca da educação e da gestão de pessoas mediadas por Maturana e Foucault. In: XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA - CIGU, 2014, Florianópolis. A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade. **Anais...** Florianópolis, 2014.

ROCHA, Julia Siqueira da. **Castigo e Crime**. Adolescentes criminalizados e suas interações com as condutas de risco, a educação e o sistema de justiça. Florianópolis, SC: Insular, 2016.

_____. **Violências na escola**: da banalidade do mal à banalização da pedagogia. 2. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2014.

ROTH, Wolff-Michael. Aprender ciencias en y para la comunidad. **Enseñanza de las Ciencias**, Barcelona, n. 20, v. 2, p. 195-208, 2002.

SANCHEZ, Zila M. Prevenção dos problemas relacionados ao uso de drogas. In: SENAD. **Aberta: Portal de Formação a Distância** - Sujeitos, Contextos e Drogas. Disponível em: <<http://www.aberta.senad.gov.br/modulos/visualizar/prevencao-dos-problemas-relacionados-ao-uso-de-drogas>>. Acesso em: 09 out. 2017.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola**. Florianópolis: DIOESC, 2011.

_____. (Org.). **Plano Estadual de Educação (PEE/SC)**, 2015a. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/index.php/servicos/professores-e-gestores/16970-plano-estadual-de-educacao>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Diretoria de Educação Básica e Profissional. **I Caderno pedagógico: reflexões para a implementação da política de educação, prevenção, atuação e atendimento às violências na escola**. Florianópolis: DIOESC, 2015b. 46 p.

_____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares**. Florianópolis: COGEN, 1998.

_____. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos**. Florianópolis: DIOESC, 2005.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**. Florianópolis: DIOESC, 2014.

_____. Secretaria de Estado da Educação e Inovação. **Plano estadual de educação**, 2004. Disponível em: <<http://www.consed.org.br/brasil-em-numeros/con-sedrh-estudo-comparativo/planos-estaduais-de-educacao/pee-sc.pdf>>. Acesso em: 16 ago 2016.

SANTOS, Olga Teresa Ribeiro Pereira Ferreira Mendes dos. **Comportamentos de saúde e comportamentos de risco em adolescentes do ensino secundário**: Ligações com a família, amigos e envolvimento com a escola. 2008. 215f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, 2008. Disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1051/2/olgasantos_.pdf>. Acesso em: set. 2016.

SCHNEIDER, Daniela. R. Horizonte de racionalidade acerca da dependência de drogas nos serviços de saúde: implicações para o tratamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 687-698, 2010.

SCHNEIDER, Daniela R.; LIMA, Dalberti S. Implicações dos modelos de atenção à dependência de álcool e outras drogas na rede básica em saúde. **Psico**, v. 42, p. 168-178, 2011.

SCHNEIDER, Daniela R.; LORENZO, Flora. M. Programa Elos. Construindo coletivos: bases para sua aplicação. In: SENAD. **Aberta: Portal de Formação a Distância**: Sujeitos, Contextos e Drogas. Disponível em: <<http://www.aberta.senad.gov.br/modulos/capa/>>. Acesso em: 09 out. 2017.

SCHNEIDER, Daniela R.; VON FLACH, Patrícia M. Como construir um projeto de intervenção? In: SENAD. **Aberta: Portal de Formação a Distância**: Sujeitos, Contextos e Drogas. Disponível em: <<http://www.aberta.senad.gov.br/modulos/capa/como-construir-um-projeto-de-intervencao>>. Acesso em: 09 out. 2017.

SEIDL, Eliane M. F.; LEITE, Luciana de Faria; SUDBRACK, Maria Fátima O. (Org.). **Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas**: construindo o projeto de prevenção do uso de drogas na escola: caderno de orientações. Brasília: SENAD/Ministério da Justiça. Ministério da Educação, 2014.

SILVEIRA, Dartiu Xavier da; DOERING-SILVEIRA, Evelyn Borges. Padrões de uso de Drogas. In: SENAD. **Aberta: Portal de Formação à Distância - Sujeito, Contextos e Drogas**. Disponível em: <<http://www.aberta.senad.gov.br/modulos/capa/padroes-de-uso-de-drogas>>. Acesso em: 09 out. 2017.

SIQUEIRA, Cristiano Tierno. **Construção de saberes, criação de fazeres**: educação de jovens no hip hop de São Carlos. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) DOI 10.5216/rir.v1i10.114813 - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em: <<http://www.processoseducativos.ufscar.br/dissertacao4.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2016.

SLOBODA, Zili; PETRAS, Hanno. **Defining Prevention Science**. New York: Springer, 2014.

SODELLI, Marcelo. A abordagem proibicionista em desconstrução: compreensão fenomenológica existencial do uso de drogas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 637-644, 2010.

SOUSA, Ana Maria Borges de. **Infância e violência**: o que a escola tem a ver com isso? 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SOUSA, Ana Maria Borges de; MIGUEL, Denise Soares; LIMA, Patrícia de Moraes. **Gestão do cuidado e educação biocêntrica**. Florianópolis: Ufsc-ced-nuvic, 2010. 113 p.

SOUZA, Jacqueline; KANTORSKY, Luciane P.; MIELKE, Fernanda B. Vínculos e redes sociais de indivíduos dependentes de substâncias psicoativas sob tratamento em CAPS SD. **Revista Eletrônica Saúde Mental, Álcool e Drogas**, v. 02, n. 01, 2006. Disponível em: <<http://www2.eerp.usp.br/resmad/artigos.asp>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

SUDBRACK, Maria Fátima Olivier; DALBOSCO, Carla. Escola como contexto de proteção: refletindo sobre o papel do educador na prevenção do uso indevido de drogas. In: **Proceedings of the 1th Simpósio Internacional do Adolescente**, 2005, São Paulo (SP) [online]. 2005 [cited 26 August 2016]. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200082&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 ago. 2016.

ZABALA, Antoni. **Enfoque globalizador e pensamento complexo**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TOSCANO JR., Alfredo. Um breve histórico sobre o uso de drogas. In: SEIBEL, Sergio Dario; TOSCANO JR., Alfredo (Orgs.). **Dependência de drogas**. São Paulo: Atheneu, 2001. p. 7-23.

VELHO, Gilberto. Drogas e construção social da realidade. In: **Toxicomania**: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro, NEPAD/UERJ: Sette Letras, 1997. p. 9-10.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



BIBLIOGRAFIA DE APOIO

ALVES, Vania S. Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, nov. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009001100002>>. Acesso em: abr. 2016.

AZIBEIRO, Nadir Esperança (Org.). **Esse Movimento Chamado Aroeira**. Florianópolis: Centro Cultural Escrava Anastácia, 2012.

BASMAGE, Denise de Fátima do Amaral Teixeira. **A constituição do sujeito adolescente e as apropriações da internet: uma análise histórico-cultural**. Campo Grande: [s.n], 2010.

BEUTELSPACHER, A. Nazar et al. Factores asociados al consumo de drogas en adolescentes de áreas urbanas de México. **Salud Pública de México**, v. 36, p. 646-654, 1994.

BOCK, Ana Mercês B.; LIESBESNY, Brônia. **Quem eu quero ser quando crescer**: um estudo sobre o projeto de vida de jovens de São Paulo: Cortez, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BRASIL. Prevenção ao uso de drogas: a escola na rede de cuidados. TV Escola. Salto para o Futuro. Ano XXIII - Boletim 23 - novembro, 2013. Disponível em: <http://abramd.org/wp-content/uploads/2014/05/2013_SALTO_PARA_O_FUTURO_Prevencao_ao_uso_de_Drogas.pdf>. Acesso em: set. 2016.

BUCHER, Richard. A ética da prevenção. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. especial, 2007.

MEYER, Marine. **Guia prático para programas de prevenção de drogas**. Departamento de Saúde Mental do Hospital Albert Einstein. Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, 2003. Disponível em: <<https://elosdasaude.files.wordpress.com/2014/03/guia-prc3a1tico-para-programas-de-prevencao-de-drogas.pdf>>. Acesso em: set. 2016.

MUZA, Gilson M. et al. Consumo de substâncias psicoativas por adolescentes escolares de Ribeirão Preto. **Revista de Saúde Pública**, v. 31, p. 163-170, 1997.

TAVARES, Beatriz Franck; BÉRIA, Jorge Umberto; LIMA, Maurício Silva de. Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar entre adolescentes. **Revista de Saúde Pública**, v. 35, n. 2, p. 150-158, 2001.

**GERÊNCIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS NAS DIVERSIDADES
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO, PREVENÇÃO, ATENÇÃO E
ATENDIMENTO ÀS VIOLÊNCIAS NA ESCOLA**



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

